



VICTOR PICCHI GANDIN

**COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM MATÃO: UMA ANÁLISE
DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2000 A 2012**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy

**ARARAQUARA
2017**

VICTOR PICCHI GANDIN

**COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM MATÃO: UMA ANÁLISE
DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2000 A 2012**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara como requisito para a obtenção do título de Bacharel.

**ARARAQUARA
2017**

Gandin, Victor Picchi

Coligações Eleitorais em Matão/SP: Uma Análise das Eleições
Municipais de 2000 a 2012 / Victor Picchi Gandin – 2017

106 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) -
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de
Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

Orientadora: Profª Drª Maria Teresa Miceli Kerbauy

1. Eleições municipais. 2. Partidos políticos. 3. Coligações proporcionais

VICTOR PICCHI GANDIN

**COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM MATÃO: UMA ANÁLISE
DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2000 A 2012**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara como requisito para a obtenção do título de Bacharel.

Data de aprovação: _____

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a Maria Teresa Miceli Kerbauy: _____

UNESP – Araraquara

Prof^a. Dr^a Carla Gandini Giani Martelli: _____

UNESP – Araraquara

Prof. Dr^o Milton Lahuerta: _____

UNESP – Araraquara

**ARARAQUARA
2017**

Ao meu avô Gerasmo (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre me guiar, me iluminar, me orientar e colocar em minha vida as coisas certas nas horas certas, me ajudando também a superar tudo o que poderia ser um obstáculo, a fim de que eu sempre possa dar o melhor de mim. Apesar de realizar um curso conhecido por ser questionador em diversos aspectos, jamais deixei de acreditar e confiar em Deus.

Aos meus pais e familiares, por tudo que me ensinaram, pelo constante apoio a meus estudos e minha formação e pela compreensão de sua importância. Inclusive, auxiliaram-me na escolha do curso, apresentando-me quando eu ainda estava no Ensino Médio, quando então obtive conhecimento deste curso de Graduação. Ao meu tio Rodrigo, pelo auxílio dado na tradução de resumos.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por todo o apoio dado à pesquisa acadêmica de modo geral, inclusive a esta, que foi originada a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica.

À minha orientadora, Maria Teresa, por me ensinar, desde o projeto de Iniciação Científica, os passos adequados a uma pesquisa acadêmica. Pelas indicações bibliográficas, pelas correções e pelo tempo destinado ao aperfeiçoamento de nossa pesquisa.

À professora Carla, pelas excelentes aulas ministradas, que me trouxeram uma base sólida sobre autores clássicos da Ciência Política, conhecimento que pude levar por todo o curso. Também pela amizade, conversas e sugestões.

Ao excelente professor Milton Lahuerta, que junto com ela faz parte da banca examinadora desta monografia, por inspirar em cada aluno a busca por novos conhecimentos e temas de pesquisa.

Ao pesquisador Bruno Souza da Silva, que conheci em meu primeiro ano de Graduação ministrando aulas de Geografia antes de descobrir sua grande habilidade como cientista político, pela sua grande disponibilidade em ajudar, dar sugestões e mostrar caminhos possíveis para esta pesquisa.

Neste sentido, destaco também o professor Gabriel Burnatelli, que, apesar dos poucos meses de aula, apresentou importante bibliografia e diversas contribuições aos meus estudos.

À professora Karina, pelas inovadoras disciplinas e optativas, que com criatividade nos induziram a pesquisar e trabalhar de formas diferentes das tradicionais, por exemplo a partir de *softwares* que auxiliaram em nossas pesquisas e trabalhos que foram muito além de um mero levantamento bibliográfico, nos trazendo novas experiências.

A todos os professores do curso de Ciências Sociais, com especial destaque aos mais relacionados à área desta pesquisa – além dos já citados, Gileno, Marcelinho, Márcia e Elielson, mas também a todos os docentes das áreas de Sociologia, Antropologia, da Licenciatura e todas as demais. Também a todos os funcionários e trabalhadores que atuam na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

A todos os professores, mestrandos e doutorandos que participaram de bancas em congressos de Iniciação Científica que participei (como Luciléia, Rodrigo Toledo, Zuin, Samuel), seja em primeira ou segunda fase, pelas questões e sugestões dadas à pesquisa. Também a todas as pessoas que conheci nestes congressos.

À Prefeitura de Matão, pela qualidade do serviço gratuito de transporte de estudantes, o que me permitiu continuar morando em minha cidade durante a realização do curso. Nisso, agradeço a todos os amigos que fiz neste trajeto, que rendeu centenas de conversas, como Thiago, Jéssica, Jaider e Gregório.

A todos os motoristas, que com cautela e segurança transportaram centenas de alunos durante anos, chegando a desenvolver amizade com os mesmos, de forma especial ao Amarildo.

A todos os curtidores e comentaristas dos breves resultados ou aprendizados obtidos com esta pesquisa que foram postados em redes sociais, pelo interesse demonstrado, afinal, uma pesquisa deste tipo não deve ser restrita ao âmbito acadêmico, e sim, chegar de alguma forma à maior parte da população.

E, claro, não menos importante, também agradeço a todos os amigos que fiz no percurso deste curso de Graduação, pelos excelentes momentos que passamos juntos, com especial destaque ao Tailon, Vander, Luiz, Juan, Renan, Thiago, Daniel, aos quais desejo todo o sucesso em suas carreiras e espero manter contato mesmo após o encerramento do curso por parte de cada um.

RESUMO

A prática das coligações eleitorais é constante em nosso país e a relevância deste tema ultrapassa as discussões realizadas pelos políticos e teóricos, uma vez que esta formatação afeta significativamente a vida de todos, pois é a partir desta forma de se disputar eleições que são eleitos a maioria dos deputados e vereadores do Brasil.

Tendo isto em vista, nosso objetivo é analisar a formação de “coligações proporcionais” entre partidos políticos. São observadas, a partir das regras e instituições existentes (como a possibilidade de coligações e o cálculo do quociente eleitoral), no período temporal abordado (entre 2000 e 2012), como os partidos políticos buscaram alcançar representatividade.

Para tanto, como objetivo específico, é feito um estudo de caso no município de Matão, localizado no interior do estado de São Paulo. Os dados de consulta incluem um levantamento bibliográfico e dados disponibilizados pelo TSE – Tribunal Superior Eleitoral. A análise teórica considera que as instituições e a legislação eleitoral vigente podem produzir determinados efeitos no comportamento dos atores e nos resultados políticos, ou seja, trata-se de uma abordagem neo-institucional.

É verificada a consistência ideológica de cada coligação formada (segundo metodologia explicada e detalhada), e quais formatações mais apareceram e mais elegeram vereadores no município abordado. Com isso, pretende-se contribuir para a compreensão de como os partidos políticos se colocam na disputa eleitoral brasileira, em especial no nível municipal. Em Matão/SP, por exemplo, a partir de 2004 não houve mais nenhum vereador eleito isoladamente (por partido não coligado).

O resultado mais visível do efeito das coligações foi o que ocorreu na cidade em 2012, quando duas legendas consideradas pequenas, e sem histórico político no município, o PSL e o PSC, realizaram uma coligação proporcional com muitas candidaturas, gerando um alto quociente partidário e possibilitando ao PSL ter mais vereadores eleitos do que partidos grandes e históricos no município. Por fim, ainda é verificado se a constante variação na quantidade vagas para a Câmara Municipal, ou seja, a magnitude do distrito eleitoral matonense, gerou determinado tipo de comportamento para os partidos políticos no que diz respeito às coligações formadas.

Palavras-chave: Eleições Municipais. Partidos políticos. Coligações eleitorais.

ABSTRACT

The practice of electoral coalitions is constant in our country and the relevance of this topic goes beyond the discussions held by politicians and theorists, since this formatting that significantly affects the lives of all, since it is from this way elections are held and so are elected the majority of deputies and councilors of the Brazil.

With this in view, our objective is to analyze the formation of proportional coalitions between political parties. Are observed, from the existing rules and institutions (as a possibility of coalitions and the calculation of the electoral quotient), in the time period covered (between 2000 and 2012), how the political parties sought achieve representativeness.

Therefore, as the specific objective, a case study is done in the city of Matão, located in the interior of the state of São Paulo. The query data used include one bibliographic survey and data provided by the TSE - Tribunal Superior Eleitoral. The theoretical analysis consider that the institutions and the present electoral legislation can produce certain effects on the behavior of actors and political results, that is to say, this it is a neo-institutional approach.

The ideological consistency of each formed coalition is verified (according to the methodology explained and detailed), and which formations are more appeared and more elected councilors in the municipality approached. With this, it is intended to contribute to the understanding of how political parties are placed in the brazilian electoral dispute, especially at the municipal level. In Matão, for example, since 2004, there are no longer any councilor elected separately (in a non-related party).

The most visible result of the coalition effect was the one that occurred in the city in 2012, when two political legends considered small and with no political history in the municipality, the PSL and the PSC, made a proportional coalition with many candidacies, generating a high partisan quotient, enabling the PSL to have more elected councilors than large and historic parties in the municipality. Finally, it is still verified whether the constant variation in the number of the vacancies for the councils, that is, the magnitude of the electoral district of Matão, generated a certain type of behavior for the political parties with respect to the formed coalitions.

Keywords: Municipal elections. Political parties. Coalitions.

LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

C - Centro (campo do espectro político)

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

D - Direita (campo do espectro político)

DEM – Democratas (partido político)

E - Esquerda (campo do espectro político)

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

IFSP - Instituto Federal de São Paulo

IMMES - Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior

LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos

MD – Movimento Democrático

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

NOVO - Partido Novo

PAN - Partido dos Aposentados da Nação

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCO - Partido da Causa Operária

PDC - Partido Democrata Cristão

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEN - Partido Ecológico Nacional

PFL - Partido da Frente Liberal (atual DEM)

PGT - Partido Geral dos Trabalhadores

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PL - Partido Liberal

PMB - Partido da Mulher Brasileira

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PP - Partido Popular (antigo)

PP - Partido Progressista

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPL - Partido Pátria Livre

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido da República

PR - Partido Republicano (antigo)

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PRONA - Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PRP - Partido da Representação Popular (antigo)

PRP - Partido Republicano Progressista

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSL - Partido Social Liberal

PSN - Partido da Solidariedade Nacional (atual PHS)

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSP - Partido Social Progressista

PST - Partido Social Trabalhista

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil

PTN - Partido Trabalhista Nacional (atual Podemos)

PV - Partido Verde

QE - Quociente eleitoral

QP - Quociente partidário

REDE - Rede Sustentabilidade

SD – Solidariedade (partido político)

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SP - Estado de São Paulo

STF - Supremo Tribunal Federal

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TVM - TV Matão

UDN - União Democrática Nacional

Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quociente eleitoral e partidário nas eleições 2012 – Matão/SP	64
Quadro 2: Coligações proporcionais e formas de candidatura, relação com a quantidade de vereadores eleitos no município de Matão/SP	76
Quadro 3: Classificação das coligações formadas para a disputa à Câmara dos Vereadores no município de Matão/SP	89

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. LITERATURA SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS	19
3. SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS	29
4. AS RELAÇÕES DO PARTIDO COM A SUA DIMENSÃO E COM O SEU AMBIENTE	34
5. PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	42
6. FORMAS DE ASSOCIAÇÃO ENTRE PARTIDOS: ALIANÇAS, COLIGAÇÕES E COALIZÕES	52
7. COLIGAÇÕES ELEITORAIS E SUAS CLASSIFICAÇÕES.....	55
8. A RELAÇÃO DO QUOCIENTE ELEITORAL COM AS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS	60
9. BREVE HISTÓRICO DE MATÃO.....	69
10. ESTUDO SOBRE COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM MATÃO: 1996 a 2012	72
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
12. REFERÊNCIAS	94
12.1. SITES CONSULTADOS	97
13. ANEXOS	99
Anexo 1: Partidos políticos existentes atualmente (2016) no Brasil.....	99
Anexo 2: Classificação dos partidos utilizados neste trabalho na escala esquerda-direita	100
Anexo 3: Coligações formadas no âmbito do Poder Executivo a nível nacional (eleição de presidente da república) – 1998, 2002, 2006 e 2010	101
Anexo 4: Coligações formadas no âmbito do Poder Executivo a nível estadual (eleição de governador do Estado de São Paulo) – 1998, 2002, 2006 e 2010	102
Anexo 5: Coligações formadas no âmbito do Poder Executivo a nível municipal (eleição de prefeito de Matão/SP) – 2000, 2004, 2008 e 2012.....	103
Anexo 6: Forma de organização dos partidos no município de Matão/SP.....	104
Anexo 7: Partidos com mais filiados no município de Matão/SP	106

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto estudar a formação de coligações entre partidos políticos na arena eleitoral. A prática constante e cada vez mais exacerbada da formação de coligações nas eleições brasileiras torna o tema interessante e importante, não apenas para estudos teóricos, mas para todo o eleitorado brasileiro, uma vez que a maioria dos vereadores e deputados do país são eleitos através de coligações.

Para introduzir o assunto, antes de análises específicas sobre coligações, abordaremos parte da literatura disponível sobre partidos políticos. Norteando esta apresentação, utilizaremos o verbete de Oppo que se encontra no “Dicionário de Política” (1998), organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Oppo (1998) utiliza ampla bibliografia, incluindo autores-chave para se compreender o que são partidos políticos, como Maurice Duverger, M. Michels e M. Ostrogorski. A autora cita a definição weberiana, que ressalta o caráter associativo dos partidos.

Benjamin Constant (1985) e John Stuart Mill (1964) mostram que, antes da conceituação histórica desta forma de organização, já se estudava formas de organização da vida política e a questão da participação, comentando sobre as associações que podem ser consideradas como partidos políticos, trazendo à discussão a questão do governo representativo.

Na contextualização histórica da formação dos partidos políticos, analisaremos o partido dos notáveis, surgido na Inglaterra, e os partidos eleitorais de massa, que também ficaram conhecidos como “partido pega-tudo”, ou *catch-all*, termos que serão explicados no decorrer de nossa exposição. O levantamento bibliográfico do relatório abordará também a função e a configuração organizativa dos partidos.

Em seguida, abordaremos os partidos políticos no Brasil, incluindo o contexto do nascimento dos modernos partidos políticos brasileiros, a posterior instituição do

bipartidarismo, as exigências para se fundar uma legenda e a situação atual destas organizações no Brasil.

O terceiro item abordado no relatório trará uma questão simples, porém, que gera dúvida em muitos: a diferença entre alianças, coligações e coalizões, sendo as duas primeiras formas diferentes de se denominar o mesmo fenômeno, sendo utilizados termos diferentes para designar dois momentos distintos da disputa eleitoral brasileira. Esta discussão será fundamentada através da obra de Schmitt (2005).

Um quarto tópico analisará a forma de classificação de coligações. Utilizaremos autores como Carreirão e Nascimento (2010), Machado (2005), Schmitt (2005), Sousa (2005) e uma classificação da dimensão ideológica de cada partido político.

Uma classificação dos partidos segundo sua consistência ideológica foi formulada em um workshop coordenado por Krause (2005). Sendo assim, considera-se como “consistente” uma coligação composta por partidos situados num mesmo “campo” do espectro político – ou seja, entre partidos de esquerda (E-E), ou entre partidos de centro (C-C) ou entre partidos de direita (D-D).

Uma coligação “semiconsistente” se dá quando um partido de centro se coliga com partido(s) de esquerda ou com partido(s) de direita. As possibilidades são C-E ou C-D. A outra formulação são as coligações denominadas “inconsistentes”, ou seja, as que envolvem partidos de polos opostos ideologicamente falando, ou seja, E-D ou E-C-D.

Abordaremos esta forma de disputar eleições que cresce cada vez mais em nosso sistema eleitoral, as coligações, e suas consequências para a disputa eleitoral. O objetivo desta pesquisa é analisar as coligações partidárias nas eleições municipais. Seu objetivo específico é estudar, sob esta perspectiva, um município, Matão, localizado no interior do estado de São Paulo.

Será verificado a mudança na forma dos partidos se colocarem no processo eleitoral. Tentaremos compreender o motivo pelo qual, a partir de 2004, nas eleições

municipais de Matão, os partidos se organizam eleitoralmente sobretudo através de coligações, não havendo a partir de então nenhum vereador eleito isoladamente (ou seja, a partir de partidos que não se coligaram no âmbito legislativo).

Antes, um item será destinado a um breve histórico do município, com indicadores e informações sobre a cidade, o que contribui para o entendimento de sua história política e permite realizar comparações com cidades que tenham características semelhantes.

Através de dados encontrados no site do Tribunal Superior Eleitoral, analisaremos pleito a pleito as eleições municipais ocorridas nesta localidade entre 2000 e 2012, mostrando as particularidades de cada uma e como os partidos se organizaram em cada eleição.

Dentre as diversas coligações existentes, analisaremos a consistência ideológica de cada uma, mostrando o tipo que predomina nesta cidade e se as coligações ideologicamente inconsistentes obtiveram sucesso nas urnas.

Também analisaremos até que ponto a coalizão formada a nível nacional pelo PT, partido que governou a cidade na grande maioria dos pleitos que serão analisados, influenciou coligações realizadas no município em âmbito local. O PMDB passou a participar da coalizão governista do município em 2012, ano em que o PSB deixou-a e lançou candidatura própria, situação semelhante ao que vem ocorrendo com estes partidos a nível nacional.

As coligações proporcionais, realizadas para a disputa da Câmara dos Vereadores, terão um foco maior, pois apresentam uma peculiaridade: a relação do quociente eleitoral com as coligações proporcionais.

Um item será destinado a explicar tais conceitos e como se dá o cálculo da distribuição de cadeiras em eleições proporcionais. Será então analisado um caso específico, que ocorreu na cidade em 2012: duas legendas consideradas pequenas, e sem histórico político no município, o PSL e o PSC, realizaram uma coligação para

a eleição proporcional com 28 candidaturas, sendo 25 do PSL, o partido que mais teve candidaturas na cidade.

Somando-se a votação de cada um destes candidatos, a coligação proporcional PSL/PSC acabou tendo um alto quociente partidário, e garantiu duas cadeiras na Câmara de Vereadores. Sendo assim, o PSL elegeu a mesma quantidade de vereadores que partidos maiores, o PDT e o PSB. E também elegeu mais vereadores que legendas como PCdoB, PPS, PSDB, PP e DEM. Para se ter uma ideia, o PMDB, que por muitos anos foi a maior força política da cidade, não elegeu nenhum vereador. Diferentemente do PSL, que até então não tinha força política no município.

Analisaremos outras particularidades de cada eleição e chegaremos às considerações finais, com análises de dados que mostrarão como se deu o comportamento dos partidos políticos no município, na arena eleitoral. Uma pergunta que norteia nossa pesquisa é se este aumento de coligações partidárias nas eleições municipais tem gerado um grande número de coligações ideologicamente inconsistentes, e se estas são as que mais elegem vereadores dentre o conjunto das coligações. Como o município abordado teve, no período estudado, diversas variações na quantidade de cadeiras (vagas) em disputa nas eleições para vereadores, será observado também se estas alterações, provocando ora maior, ora menor competitividade, afetaram o comportamento partidário.

Esta será nossa contribuição à análise do sistema eleitoral brasileiro, abordando sobretudo as coligações realizadas em âmbito local, utilizando um recorte específico, auxiliando na compreensão de como os partidos políticos brasileiros tem atuado na disputa das eleições. O relatório se apresenta em três partes: bibliografia sobre partidos políticos, bibliografia sobre coligações e um estudo de caso.

2. LITERATURA SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS

Os cientistas políticos Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino organizaram os dois volumes da série “Dicionário de Política” (1998), no qual inúmeros termos da Ciência Política foram contextualizados e explicados. Anna Oppo ficou a cargo de escrever o verbete sobre partidos políticos que será utilizado nesta pesquisa para conceituar esta forma de organização política. Em seguida, utilizaremos outros autores para iniciar a discussão sobre alianças e coligações partidárias, e por último analisaremos o município de Matão.

Utilizando-se de ampla bibliografia, que traz autores como A. Leiserson, Maurice Duverger, M. Michels e M. Ostrogorski, Oppo (1998) trouxe no início de sua conceituação sobre partidos políticos a definição de Max Weber:

“partido político é uma associação que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’, como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente” (OPPO, 1998, p. 898).

Segunda a autora, esta definição weberiana ressalta o caráter associativo dos partidos, bem como

“a natureza de sua ação essencialmente orientada à conquista do poder político dentro de uma comunidade, e a multiplicidade de estímulos e motivações que levam a uma ação política associada, concretamente à consecução de fins ‘objetivos’ e/ou ‘pessoais’” (OPPO, 1998, p. 898).

Estas agremiações têm, então, uma característica comum: a de se moverem na esfera do poder político. Abranches (2016) chega a chamar a organização partido político de “animal político coletivo”. O instinto de luta pelo poder e sobrevivência seria uma lógica que faz parte de sua natureza, que expressa objetivos como a maximização do poder, do número e da importância dos cargos que controla.

Esta forma de organização pode ser composta por formações sociais diversas. Pode haver grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas, bem como organizações complexas, impessoais e organizadas de forma burocrática.

Segundo Oppo (1998), as associações que podemos considerar propriamente como partidos políticos surgiram quando o sistema político alcançou certo grau de autonomia estrutural, com características que permitissem que diversas partes do sistema participassem da tomada de decisões políticas, e que nestas partes se incluíssem representantes das pessoas a quem estas decisões se referem.

“Daí que, na noção de partido, entrem todas as organizações da sociedade civil surgidas no momento em que se reconheça teórica ou praticamente ao povo o direito de participar na gestão do poder político. É com esse fim que ele se associa, cria instrumentos de organização e atua” (OPPO, 1998, p. 898).

Antes da conceituação teórica desta forma de organização, estudiosos já haviam estudado e formulado teorias sobre a “tirania da maioria” e o governo representativo. Constant (1985) compara, em “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos” (1819), o conceito de liberdade e características dos Estados antigos e modernos. Seu texto também fala sobre o governo representativo. Os antigos deliberavam em praça pública, votavam leis, executavam julgamentos, sendo assim os indivíduos participavam ativa e constantemente do poder coletivo. Com o advento dos Estados Modernos, colocados em prática em áreas de grandes extensões, não é mais possível uma participação tão íntima das questões políticas. Há ainda a questão do tempo, e os homens tem o direito em governos representativos de dar uma procuração a outros homens que possam defender seus interesses.

John Stuart Mill, em “Considerações sobre o governo representativo” (1861), considera o governo representativo como a forma de governo ideal, ressaltando que o caráter da participação é essencial. Mill (1964) fala também da “tirania da maioria”. Quando a maioria numérica faz valer seus interesses de modo que os da “minoridade” fiquem muito ofuscados, há um problema, já que a minoria também tem o direito de fazer valer suas reivindicações e na democracia de maioria numérica há o perigo do poder cair sobre interesses de classes. As formas de organização da vida política e a questão da participação já eram preocupação dos pensadores antes do aparecimento dos partidos políticos.

Em termos gerais, podemos dizer que o nascimento e o desenvolvimento dos partidos estão relacionados ao problema da participação. Com sociedades cada vez mais populosas e complexas, e inclusive com indivíduos que não podem ou sequer querem acumular funções de gestão política, a solução dos Estados Modernos foi implantar o governo representativo, em que representantes políticos são escolhidos pela população para governar o Estado e fazer valer os direitos de cada cidadão.

Nos países que adotaram primeiramente formas de governo representativo, com políticos agindo como “representantes do povo”, “os processos civis e sociais que levaram a esta forma de Governo (...) teriam depois conduzido a uma democratização da vida política e à integração de setores mais amplos da sociedade civil no sistema político” (OPPO, 1998, p. 898). Diversas classes e estratos da sociedade passaram então a clamar por mais participação no processo de formação das decisões políticas, contexto que está ligado ao nascimento e desenvolvimento dos partidos políticos.

Oppo (1998) ressalta que esta formação de grupos com demanda de participação

“se apresenta de modo mais intenso nos momentos de grandes transformações econômicas e sociais que abalam a ordem tradicional da sociedade e ameaçam modificar as relações de poder. É em tal situação que emergem grupos mais ou menos amplos e mais ou menos organizados que se propõem a agir em prol de uma ampliação da gestão do poder político a setores da sociedade que dela ficaram excluídos ou que propõem uma estruturação política e social diferente da própria sociedade” (OPPO, 1998, p. 898).

Na primeira metade do século XIX, num momento de afirmação do poder da classe burguesa na Europa e nos Estados Unidos, “momento da difusão das instituições parlamentares ou da batalha política pela sua constituição” (OPPO, 1998, p. 899), houve o surgimento de grupos que foram denominados “partidos de notáveis”.

Na Inglaterra, país conhecido pela importância política de seu Parlamento, os partidos surgiram com o Reform Act, de 1832, que ampliou o sufrágio (a extensão de pessoas aptas a votar), o que permitiu que camadas industriais e comerciais do país pudessem participar da gestão dos negócios públicos, que agora não estavam mais

nas mãos apenas da aristocracia. A identidade partidária e a expressão nacional destes partidos [de notáveis] estava no Parlamento: “era o grupo parlamentar do partido que tinha a função de preparar os programas eleitorais e escolher os líderes do partido” (OPPO, 1998, p. 899).

Oppo (1998) comenta sobre o partido dos notáveis e explica que este grupo político tem esta denominação na literatura sociológica por causa de sua composição social, e que são chamados também de “partido do comitê”, por sua estrutura organizativa, e ainda de “representação individual”, pelo gênero de representação que exprimia. Esta forma de organização, segundo a autora, prevaleceu durante todo o século XIX na maior parte dos países da Europa, tendo esta formatação de partido suas particularidades em cada nação.

Enquanto o sufrágio foi limitado, a atividade política ficou concentrada exclusivamente na atividade parlamentar da burguesia, e assim não houve mudanças na estrutura partidária, o que aconteceu após o aumento do sufrágio e o desenvolvimento de uma organização partidária diferente. Nas décadas que precederam os fins do século XIX, com transformações econômicas e sociais produzidas pelo processo de industrialização e o desenvolvimento do movimento operário, massas populares vieram à tona em movimentos políticos, inicialmente com protestos, posteriormente com a formação de canais organizativos mais complexos até que se formaram partidos de trabalhadores.

Com o aparecimento de partidos socialistas, esta forma de organização (partido político) assumiu conotações novas: “um séquito de massa, uma organização difusa e estável com um corpo de funcionários pagos especialmente para desenvolver uma atividade política e um programa político-sistemático” (OPPO, 1998, p. 900).

Panbianco (2005), aponta que nos partidos pode haver dois tipos diferentes de burocracia: executiva (“corpo de funcionários pagos, que não detém cargos políticos de nenhum tipo, funcionários designados pelo alto para desempenharem atividades exclusivamente administrativas” - p. 389) e representativa (“funcionários

pagos que também detém cargos políticos (muitos dos quais eletivos) dentro da organização” – p. 390).

Os movimentos socialistas trariam ao poder a classe trabalhadora, política e socialmente emancipada. Para isto, era preciso “educar” as massas, torná-las conscientes de seu papel e politicamente ativas, com a finalidade de transformar as demandas e exigências específicas da classe trabalhadora em um programa geral. Pessoas qualificadas e pagas passaram a cuidar desta finalidade, gerindo o trabalho organizativo e a realizando a propaganda destes partidos. Organizações que contribuía com valores que o partido propunha, que já existiam antes da fundação deles, foram reforçadas e outras criadas para ampliar a presença social destas organizações.

Sobre o financiamento do partido, diferentemente do “partido dos notáveis”, que contava com os “notáveis” para o financiamento da atividade e organização política, nos partidos chamados “de organização de massa” foi introduzido um sistema em que os membros do partido deveriam contribuir periodicamente com uma quantia para financiar as atividades desta organização.

Há outra diferença, quanto aos candidatos eleitos. Os candidatos eleitos pelo partido dos notáveis, como se afirmava, eram responsáveis “só diante da própria consciência”. Já os políticos eleitos pelos partidos de massa “tinham um mandato imperativo e eram obrigados a uma rígida disciplina de partido na sua atividade parlamentar” (OPPO, 1998, p. 900).

Os partidos socialistas, rede organizativa mais extensa e complexa que o partido dos notáveis, se preocupavam com “a mobilização permanente dos seguidores e pela conquista de espaços cada vez mais amplos dentro da sociedade civil, na tentativa de aumentar o espaço e a intensidade da adesão ao seu projeto de gestão da sociedade” (OPPO, 1998, p. 900).

Oppo analisa que esse modelo, denominado “partido de aparelho” ou “partido de massa”, “se aplica sobretudo ao partido social-democrático alemão, no período de

sua linha revolucionária, mas caracteriza de uma certa maneira, também, os partidos socialistas francês e italiano” (OPPO, 1998, p. 901).

A partir da segunda metade do século XIX, houve na Europa uma efervescência social, um quadro que veio pelo mundo do trabalho. O movimento socialista encontrou-se num dilema: como conquistar o poder político? “Construir uma sociedade dentro da sociedade não bastava; fazia-se necessária a conquista do poder político” (PRZEWORSKI, 1989, p. 20).

Os socialistas teriam basicamente duas formas para realizar isto: ação direta, significando uma revolução (vertente que perdeu força após a derrota da Comuna de Paris) ou pela via política institucional, ou seja, lutas políticas dentro da institucionalidade, sem armas, via eleições.

O movimento também encontrou divergências internas, como o grupo dos anarquistas - que não apoiavam a busca da via institucional pois isso poderia reforçar o capitalismo -, e marxistas, buscando a socialização dos meios de produção. A emancipação da classe operária, segundo Marx, deveria ser tarefa da própria classe operária. Fazia-se necessária a organização dos interesses do operariado como classe.

Os socialistas decidem participar das eleições. Primeiramente, para fins de propaganda, para gerar consciência na população que vota, para organização, para que as lideranças fizessem uma avaliação do “fervor revolucionário das massas”. Os partidos da social-democracia decidiram que uma reforma seria mais viável que uma revolução, e o voto, segundo Przeworski (1989), “uma arma já pronta, à disposição da classe trabalhadora”, foi empunhada na trajetória da “emancipação política para a emancipação social”.

Apesar dos dilemas encontrados, a convicção de que valia a via institucional era grande. Para seus adeptos, era questão de tempo vencer, pois o proletariado é a classe mais numerosa na sociedade (mas nem sempre é a maioria entre os votantes, tendo estes uma multiplicidade de interesses). Após eleitos,

também haveria problemas como a implicação de alianças, acordos, negociações. “Para obter influência eleitoral para quaisquer objetivos, desde os finais aos mais imediatos, os partidos da classe operária precisariam buscar o apoio de membros de outras classes” (PRZEWORSKI, 1989, p. 39), ficando a disputa final burguesia *versus* proletariado cada vez mais longe de acontecer. Para Przeworski (1989), “os social-democratas não conseguiram fazer das eleições um instrumento de transformação socialista”. Tais partidos acabaram, então, se comportando como os demais.

Em todo o mundo, partidos de comitê se viram na necessidade de “criar um aparelho estável para uma eficaz propaganda, procurando uma clientela de massa e alianças com grupos e associações da sociedade civil capazes de dar ao partido uma base estável de consenso” (OPPO, 1998, p. 901). Foram organizados então partidos denominados “partidos eleitorais de massa”. A organização destes partidos traz características vindas dos partidos operários – “seções, federações, direção centralizada e pessoal político trabalhando em tempo integral” – mas, diferentemente daqueles, estes partidos têm como característica distintiva a mobilização dos eleitores mais do que a dos associados.

Com objetivos essencialmente eleitorais, os

“partidos eleitorais de massa não são dirigidos de um modo geral a uma classe ou a uma categoria particular, não se propõem uma gestão diferente da sociedade e do poder, mas procuram conquistar a confiança dos estratos mais diversos da população, propondo em plataformas amplas e flexíveis, além de suficientemente vagas, a satisfação do maior número de pedidos e a solução dos mais diversos problemas sociais” (OPPO, 1998, pp. 901-902).

Assim sendo, a atividade crucial destes partidos não é prioritariamente o debate político de base, entre os inscritos do partido, mas sim as escolhas dos candidatos para as eleições, já que estes, se atenderem requisitos procurados pelo partido, podem aumentar o potencial eleitoral da organização em que se candidataram como um todo.

Neste tipo de partido, segundo Oppo, não existe, ou existe de modo contrastado, uma ação política unitária. É frequente que estes partidos apresentem

várias faces, mudando suas táticas dependendo das camadas sociais e regiões geográficas que atingem, ou a cada momento político particular. Devido a estas características o partido eleitoral de massa foi definido também como “partido pega-tudo”.

A autora ressalta que, ao analisar os partidos devemos notar as características e particularidades de cada Estado. Não é regra que certo tipo de organização partidária surja sempre antes ou depois de outra específica, não necessariamente um novo modelo partidário extingue outros que já existiam e existem formulações “mistas”. Diversos tipos de partido podem coexistir no mesmo sistema partidário.

Havendo pequenas exceções, os “partidos de aparelho”, partidos modernos por excelência, por razões de ordem política e social, foram perdendo algumas de suas características essenciais. Unindo-se a isso, houve uma acentuação de sua orientação eleitoral e tentativas de aumentar a influência para além das bases tradicionais. Houve então um processo de homogeneização dos partidos, em direção ao modelo “pega-tudo”.

Em síntese, Oppo (1998) relaciona a persistência dos partidos de aparelho ou a transformação destes em partidos eleitorais de massa com a qualidade e a intensidade da participação política.

“Onde existir um consenso generalizado sobre certos temas e problemas de base e a participação popular se manifestar através de exigências setoriais e específicas, é provável que prevaleçam estruturas partidárias com tendências “pega-tudo”; quando, ao contrário, por qualquer motivo de ordem interna ou internacional, surgirem crises capazes de criar fortes conflitos políticos ou de colocar em discussão as relações sociais existentes, a tendência para ‘construir máquinas políticas’ profundamente homogêneas e organizadas deverá ser mais clara” (OPPO, 1998, p. 903).

A aparição dos partidos de massa – de aparelho e eleitorais – tornou crucial o problema da função dos partidos, expressão que indica, “em geral, todas as atividades dos partidos que geram consequências mais ou menos relevantes no sistema político e social” (OPPO, 1998, p. 903).

Os partidos são instrumentos importantes, se não os principais, para que grupos sociais possam surgir no sistema político e participar da formação das decisões políticas, exprimindo suas reivindicações. Duas funções que unanimemente são reconhecidas aos partidos são que eles “transmitem o que nos livros de sociologia e política se chama de ‘questionamento político’ da sociedade e que através dos partidos as massas participem no processo de formação das decisões políticas” (OPPO, 1998, p. 904).

“O modo como os partidos exercem estas duas funções, a prioridade dada a uma ou a outra, é o que diferencia empiricamente os próprios partidos, constituindo também o objeto das respostas contrastantes presentes nos estudos da matéria e das polêmicas políticas sobre os partidos e seu funcionamento” (OPPO, 1998, p. 904)

Sobre a configuração organizativa dos partidos, Oppo (1998) retoma as características mais complexas dos partidos de massa (que envolvem muitas pessoas e com interesses que podem ser contrastantes mais o círculo interno de profissionais da política) e cita R. Michels, que analisa que “uma participação política difundida necessita de estruturas organizativas complexas, mas é exatamente a existência da organização que produz necessariamente tendências oligárquicas” (OPPO, 1998, p. 904), característica que para a autora se restringe à liderança do partido, ressaltando-se que o modo de funcionamento dos partidos pode variar em cada tempo e lugar, e resume que “a possibilidade de os partidos serem instrumento de democracia está dependente do controle direto e da participação das massas” (OPPO, 1998, p. 905).

Também ressaltando o caráter de associação e mobilização do eleitorado, Guarnieri (2009) adota a definição geral que diz que:

“um partido político é uma associação de pessoas que tem como fim a conquista do poder atuando na arena eleitoral – ao selecionar candidatos, apresentar propostas, mobilizar o eleitorado – e na arena decisória conquistando e mantendo maiorias” (GUARNIERI, 2009, p. 38).

A arena eleitoral diz respeito ao momento das eleições, já a arena decisória refere-se à atuação do partido em legislaturas ou mandatos executivos. Guarnieri (2009) define ainda o que seriam “partidos fortes”, conceito que relaciona não à quantidade de filiados ou eleitos de cada um, e sim ao grau de controle da direção

partidária: “um partido forte é aquele em que a direção partidária controla as estratégias de participação nas arenas eleitoral e decisória” (GUARNIERI, 2009, p. 38). Assim sendo, especificamente sobre o caso brasileiro, que analisa, é afirmado: “No Brasil, os partidos mais organizados não são necessariamente os mais coesos e os partidos menos organizados são aqueles onde as lideranças têm maior poder” (GUARNIERI, 2009, p. 63). A hipótese do autor é que partidos pouco estruturados tendem a coordenar melhor que os partidos que são estruturados em diretórios.

3. SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS

Este item irá abordar o contexto e as características do surgimento de novos partidos. Nas democracias representativas, como já trazido anteriormente, é comum a criação de partidos políticos.

Bennech (2013) cita um autor importante nos estudos sobre partidos políticos, Duverger, que colaborou na construção de uma teoria geral dos partidos, criando uma tipologia, classificando os partidos políticos como os já citados partidos de massas, “formados a partir de grupos sociais excluídos que enxergam na política parlamentar o meio para inclusão institucional” (BENNECH, 2013, p. 14), tendo assim origem externa e seus atores o objetivo de entrar no jogo político. Uma outra classificação, chamada por Duverger de “partidos de quadros”, tem em sua composição “comitês eleitorais de notáveis preocupados essencialmente com o processo eleitoral e a manutenção de posições” (BENNECH, 2013, p. 14), tendo assim origem interna e composto por atores que já estão dentro do jogo político-parlamentar.

Para Duverger, estas formas de criação de partidos correspondem a uma fase específica da evolução democrática, o estabelecimento progressivo do sufrágio universal. Assim, há uma primeira fase na criação de novos partidos, quando grupos sociais antes excluídos da política parlamentar entram no jogo político e enquadram uma massa de novos eleitores. Este tipo, para Duverger, é aplicado num país onde não existe ainda um sistema de partidos organizados, onde mudanças estruturais significativas da sociedade em questão gerem uma necessidade de que novos atores sociais sejam incorporados no cenário político. Passada esta fase, com tal sistema funcionando, uma segunda modalidade de criação, liderada por pessoas que já estão dentro dos quadros políticos e parlamentares, passa a ser mais recorrente.

A democracia representativa vive em constantes mudanças, devido à maior complexidade e pluralidade que as sociedades contemporâneas vão atingindo. Por isso, elas sofrem pressão para acompanhar estas mudanças sociais. Mas isto não basta para explicar o fenômeno de criação de novos partidos políticos. Bennech cita estudo de Krestler, Krause e Lucca (2013), que ressalta o grande número de *insiders*

(partidos cujas elites já se encontrem atuando no sistema partidário) que se organizam sob novas legendas.

Este estudo divide em três grandes grupos os fatores que podem explicar a criação de novos partidos. Um grupo diz respeito às mudanças sócio-estruturais (demarcações sociais ou clivagens, crises, *value changes*, conjunturas e oportunidades históricas). O segundo grupo abrange as condições institucionais (sistemas eleitorais, primazia da arena presidencial ou parlamentarista, legislação partidária, etc). O terceiro grupo diz respeito à dinâmica dos atores, abrangendo cálculos estratégicos das elites e tendências à formação de partidos do tipo *catch-all*, legendas cujos programas são abertos de forma que agrade vários eleitores, e preocupado com o desempenho eleitoral. Há também casos em que bandeiras específicas, mas não associadas diretamente a uma clivagem social, como ideais ecológicos, impulsionam a criação de novos partidos.

Bennech (2013) cita também partidos que são fundados em contexto de crise, e cita LaPalombara e Weiner, que afirmam que um ambiente de crises político-sociais pode incentivar uma disposição para a criação de novos partidos políticos. Estas crises podem ser de três tipos: de legitimidade (associadas à instabilidade gerada por autoridades que estão carente de credibilidade política), de integração (relacionadas a questões territoriais) e crises de participação (relacionadas a mudanças estruturais na dinâmica socioeconômica).

Há ainda casos em que partidos fundem-se com outras legendas (como, no Brasil, o caso do PR, que foi formado com a fusão do PL com o PRONA, ou o MD – Movimento Democrático, que seria a fusão do PPS com o PMN, que por duas vezes foi proposta mas não foi efetivada). O contrário também pode ocorrer, com grupos que separam-se de legendas já existentes (como, no Brasil, o grupo que saiu do PMDB para fundar o PSDB e o grupo de petistas que deixou o PT para criar o PSOL). Lideranças políticas também podem fundar novos partidos, como o PSD de Gilberto Kassab (ex-DEM), o Solidariedade de Paulinho da Força (ex-PDT) e a Rede Sustentabilidade, de Marina Silva (ex-PV).

Os partidos de massa, com o enfraquecimento de seus laços com setores específicos da sociedade civil, mas já tendo integrado grupos sociais no âmbito institucional, podem, segundo alguns autores, adaptar-se a um novo contexto, transformando-se em partidos do tipo *catch-all*, aproximando-se de vários grupos distintos. Outras teorias apontam que cada vez mais as organizações partidárias dependem da máquina do Estado.

Além da conjuntura político-social e do aparecimento de novas demandas e bandeiras, é importante ressaltar o quadro institucional vigente ao se analisar a formação de novas organizações partidárias. Um grupo de autores com enfoque institucional “afirmam que o arcabouço de leis e regras que regulam o sistema eleitoral pode incentivar ou constranger as iniciativas de criação de novas organizações partidárias” (BENNECH, 2013, p. 21). Os autores que focam nas instituições as colocam como importantes para determinar a criação, ou não, de partidos e o funcionamento de cada sistema partidário.

Trazendo estudo de Kirchheimer para o debate sobre o surgimento de novos partidos, Bennech (2013) analisa que os agentes políticos, enquanto organização partidária, enxergam nas novas legendas uma possibilidade para garantir sua “sobrevivência”. “Essa estratégia estaria baseada no redimensionamento e ampliação de suas relações com o mercado eleitoral, aumentando seu número de votos, seu peso eleitoral” (BENNECH, 2013, p. 16).

Outro autor importante da bibliografia partidária, Panebianco (2005), destaca, no surgimento de novos partidos, a importância do momento de sua criação e a disputa pelas zonas de incerteza com as relações de poder estabelecidas nestas (que podem colocar em risco a estabilidade ou sobrevivência das organizações), como “competência, gestão de relações com o ambiente externo, comunicação interna, regras formais, financiamento da organização e recrutamento” (BENNECH, 2013, p. 19). Panebianco coloca também como importante a presença ou ausência do fator “carisma” na formação de um partido, e a questão territorial.

Panebianco (2005) mostra a importância de se observar o momento de fundação de um partido político para se compreender melhor o seu funcionamento e os dilemas que a organização terá ao longo de sua existência. É principalmente no momento de sua fundação que o partido apontará suas principais bandeiras, e fará “escolhas” dentre duas ou mais possibilidades. Por exemplo: se a nova legenda tem intenção de dominar o sistema político vigente, alterando suas regras, ou se pretende adaptar-se ao “ambiente”, participando do jogo político dentro das regras já estabelecidas (falaremos mais sobre a importância de se analisar o ambiente que cada partido está inserido mais adiante).

No momento de sua fundação, o partido também escolherá, dentro de um conjunto de possibilidades, se irá tender mais para realizar fins específicos e ideológicos, formando uma base fiel de eleitores, ou se articulará interesses diversos, angariando um conjunto maior de eleitores.

Outro dilema, já do funcionamento dos partidos, diz respeito aos “interesses seletivos”, que são incentivos que o partido distribui apenas para alguns de seus participantes, e “interesses coletivos”, que são distribuídos de forma geral. Para Panebianco (2005), esses dilemas dizem respeito a diversos elementos articulados. O autor demonstra que as possibilidades não são simultâneas, e sim que, em cada caso, os partidos apresentam mais de uma lógica, escolhendo uma prioritária.

Sobre a formação de novas legendas, estudando o próprio conceito de “novo”, Bennech (2013) apresenta ideias de Barnea e Rahat, que preocuparam-se em definir o que constitui um novo partido e em diferenciá-los de partidos pseudonovos e antigos. Para tal, apresentam o conceito de *newness* (algo como o nível de “novidade” que o partido apresenta).

Crerios para analisar o nível de *newness* de um partido incluem a nomenclatura da legenda (se é nova ou já foi utilizada em outra época), ideologia (quão diferente é da de partidos já existentes), eleitorado (quão diferente é a base eleitoral em relação aos partidos antigos), status legal/formal (registro), instituições

internas, militância, representantes (se candidatos são novos ou vieram a maioria ou todos de outro partido) e programa.

Este nível de *newness* é relativo. “Tanto um novo partido pode defender antigas ideologias e práticas partidárias, quanto um antigo partido pode incorporar novas políticas públicas ao seu programa” (BENNECH, 2013, p. 26).

Segundo Sikk, citado por Bennech (2013), este nível de *newness* pode motivar a formação de uma nova organização partidária, sendo o objetivo primeiro da formação. Assim, “um novo partido pode não ser produto de uma mudança social direta conduzida por grupos da sociedade civil, ou uma crise, mas sim fruto de uma estratégia de elites políticas” (BENNECH, 2013, p. 27).

4. AS RELAÇÕES DO PARTIDO COM A SUA DIMENSÃO E COM O SEU AMBIENTE

Panebianco (2005), já citado anteriormente neste relatório, construiu um quadro analítico dos partidos políticos, com exemplos concretos que trazem as vicissitudes históricas de diversas organizações. A perspectiva de pesquisa adotada pelo autor leva em conta que “o papel do poder, dos conflitos e das alianças que estabelecem no interior das organizações é mais importante para explicar as dinâmicas organizativas do que o papel dos fatores ‘técnicos’” (PANEBIANCO, 2005, p. 347).

No entanto, o autor reconhece que esses fatores técnicos, como o tipo de divisão do trabalho, os níveis hierárquicos, a dimensão (tamanho) da organização e suas relações com o ambiente (o meio em que o partido está inserido) não podem ser omitidas da análise, e por isso Panebianco (2005) dedica parte de sua obra para estudar o papel desses fatores técnicos na estruturação das organizações partidárias.

Panebianco (2005) apresenta estudos da *teoria da contingência*, uns que apontam para uma restrição da “liberdade de escolha”, colocando as organizações como passivas, e outros que avaliam que elas podem manipular, influenciar, adaptar o ambiente ou a si próprias para o que melhor convém ao seu funcionamento. A ideia de Panebianco (2005) é integrar a consideração de imperativos técnicos num quadro que privilegia o poder organizativo, os “jogos de poder”.

Dialogando com Michels, Panebianco trata do crescimento da dimensão dos partidos, que os faz passar por uma crescente burocratização e relaciona-se com o grau de poder de seus dirigentes, ocorrendo uma centralização maior do processo de decisão quando se aumenta a complexidade organizativa do partido. Para Michels, a grandeza do partido é a principal variável independente que explica a formação da oligarquia e a sua ordem interna. Já Weber pensa diferente, apresentando grande importância às influências do “ambiente” socioeconômico e político sobre a organização.

Panebianco (2005) mostra que estas visões, pendendo para um lado ou para o outro, podem enveredar para os caminhos de uma generalização. A medida da dimensão é algo complexo, que pode levar em conta a quantidade de membros do partido, seu número de votos (força eleitoral) ou o número de filiados. Um partido pode ser “grande” num aspecto e “pequeno” em outro. Outros, como Guarnieri (2009), apontam que a “força” de um partido está exposta no grau de controle de seus líderes sobre a atividade partidária. Esses diferentes tipos de grandezas podem produzir consequências organizativas, de efeitos diversos. Apesar de “rudimentar” e “insuficiente”, afinal cada partido tem seus critérios de recrutamento, Panebianco coloca as filiações como principal critério para medir a dimensão organizativa dos partidos políticos.

O fator *dimensão* é relevante para avaliar diversas variáveis das organizações, como sua coesão interna (posicionamentos e comportamentos dos seus membros; seria mais coesa quanto menor a organização, mas não necessariamente), seu estilo político (comportamentos mais ou menos sectários e/ou ideológicos em relação às outras organizações), a participação e mobilização dos seus filiados e a burocratização (relacionada com o nível de “complexidade” da organização, que juntamente com o índice de burocratização aumentariam conforme o crescimento do partido, mas não necessariamente). A burocratização estaria relacionada com a expansão do componente administrativo, níveis hierárquicos da organização e a divisão do trabalho interno.

Mas a análise da dimensão não é a única suficiente para abranger esses critérios. Panebianco (2005) foge de generalizações e apresenta argumentos e estudos diversos. Diferentemente das teorias de Michels, onde algo sempre ou nunca acontece, Panebianco inverte o raciocínio, pensa outras possibilidades. O autor também vê poucas provas a favor da existência de um nexo de correlação, uma causalidade, entre dimensão, estilo político e/ou índices de participação. Ele também aponta que há um risco de se estudar o efeito da dimensão sobre a estrutura de poder: ela pode ser manipulável pelos líderes, que muitas vezes podem expandir ou reduzir as dimensões dos partidos segundo as circunstâncias, em defesa da estabilidade

organizativa. Por exemplo, podem recrutar todos os interessados, de forma aberta, ou selecionar os de comportamento mais ideológico e leal.

Aqui também que devem ser avaliadas outras variáveis: “embora a dimensão seja uma variável que muda em função das escolhas das elites, ela não varia apenas em função disso” (PANEBIANCO, 2005, p. 374). Podem existir condições, constrangimentos capazes de anular os esforços e escolhas das elites.

Panebianco (2005) pensa então que é possível supor a existência de *limites*, “acima e abaixo dos quais a dimensão desempenha efetivamente um papel autônomo e preponderante na influência que exerce sobre a organização” (PANEBIANCO, pp. 374-375). Sendo a dimensão do partido nem sempre um fator significativo da dinâmica organizativa, Panebianco passa a analisar as dimensões dos órgãos internos, das subunidades dos partidos e explica os parâmetros de se medir o nível de complexidade de uma organização e controle eleitoral. Coloca também na discussão os sistemas eleitorais, pois avalia que divisões e conflitos entre os grupos internos podem fazer sistemas idênticos manifestarem efeitos diferentes.

Assim, Panebianco abordou também fatores “técnicos” para se estudar os partidos políticos, que, segundo ele, relacionam-se com problemas ligados à distribuição dos recursos de poder no interior das organizações. “As soluções ‘técnicas’, portanto, irão variar em função dos equilíbrios do poder” (PANEBIANCO, 2005, p. 395). Encerrando a discussão sobre a dimensão dos partidos, e pensando de forma diferente à de Michels, Panebianco passa a estudar as relações da organização com seu ambiente externo.

“Contrariamente ao que Michels sustentava, a dimensão, salvo situações excepcionais, não parece exercer efeitos autônomos de grande peso sobre as dinâmicas organizativas. Antes, são as relações entre a organização e seu ambiente externo – um problema negligenciado por Michels – que desenvolvem, sob esse aspecto, um papel muito mais importante” (PANEBIANCO, 2005, p. 396).

Uma análise municipal específica sobre os “limites de sobrevivência partidária”, em relação ao ambiente externo e ao modelo de organização dos partidos, à luz de Panebianco, é traçada na parte final deste relatório.

Panebianco (2005) demarca dois limites onde a dimensão exerce um papel efetivamente autônomo sobre a organização, seria abaixo do chamado “limite de sobrevivência” e acima do “limite de enrijecimento”, variáveis em cada partido. No intervalo entre um limite e outro, a dimensão é um fator manipulado pelas elites em função da defesa da estabilidade organizativa em contextos ambientais variáveis.

Em sua clássica obra, Panebianco (2005) refere-se a aspectos da organização com o seu ambiente, relações de interdependência, uma influência recíproca, ainda que de formas diferentes conforme o tipo de partido e o tipo de ambiente. Ao mesmo tempo que as pressões e mudanças ambientais incidem sobre os partidos, estes por vezes podem controlar aspectos do ambiente imprescindíveis para a manutenção de sua identidade. O grau de adaptação do partido aos ambientes nos quais está inserido depende essencialmente de dois fatores: as características ambientais (“certos ambientes impõem à organização a adaptação, outros lhe permitem amplas possibilidades de manipulação – p. 397) e o nível de institucionalização do partido (“quanto mais forte é a institucionalização, menos o partido tenderá a se adaptar passivamente ao ambiente e terá maiores condições de dominá-lo, e vice versa” – p. 397).

Panebianco (2005) apresenta a literatura de seu tempo sobre as relações da organização com o ambiente. A dimensão mais explorada por ela é o *grau de incerteza*, uma variável do ambiente. Este grau está associado a três dimensões, relacionadas entre si:

- complexidade/simplicidade: uma vertente, influenciada por Michels, mede este nível através de parâmetros da própria organização, outra vertente acredita que depende mais de quanto está diversificado e heterogêneo (complexo) o ambiente. Quanto mais está assim, mais seria imprevisível para a organização, criando uma pressão para que o partido

domine a incerteza, o que aumentaria seu “pessoal de fronteira” (número de agentes que mantêm relações privilegiadas com diferentes segmentos ambientais), o que aumentaria as tensões internas da organização devido a menor homogeneidade de seus membros.

- estabilidade/instabilidade: O autor apresenta a hipótese de que “quanto menos estável for o ambiente, quanto mais ele for submetido a oscilações e mudanças, mais imprevisível será para a organização” (PANEBIANCO, 2005, p. 400) e relaciona isso com a centralização ou não das decisões. Na teoria apresentada, quanto mais instável for o ambiente, maior será a incerteza experimentada pelo partido, o que geraria grandes conflitos internos. Se o ambiente é turbulento, a coalizão dominante do partido tenderá a ser dividida e instável.
- liberalidade/iliberalidade (ou hostilidade): existem ambientes que podem provocar desafios e até ameaçar a sobrevivência da organização. Um mesmo ambiente pode ser hostil em relação a um partido mas não a outro. Diferente da estabilidade e complexidade, que ameaçam a estabilidade organizativa, a hostilidade pode ameaçar a própria “vida” da instituição.

“Esse raciocínio nos permite formular a hipótese de existência de uma relação curvilínea entre grau de incerteza ambiental e estabilidade organizativa. Ou seja, é possível supor que as organizações tendem à coesão interna em situações de “tranquilidade” ambiental (ambientes simples e/ou estáveis), vejam aumentar as próprias divisões internas em situações de incerteza (ambientes complexos e/ou instáveis), para tender novamente à coesão em situações de extrema incerteza (ambientes altamente complexos e/ou instáveis), isto é, em situações de hostilidade ambiental” (PANEBIANCO, 2005, p. 400).

Assim, Panebianco apresenta e cria hipóteses a partir da chamada “teoria da contingência”, que trata da ordem interna das organizações como uma variável dependente das características ambientais. Mas ele submete estas ideias a uma perspectiva diferente, adequada a seu esquema de análise, ao considerar que: as organizações não se limitam a adaptar-se, mas muitas vezes exercem uma ação

autônoma sobre o ambiente; as variações na fisionomia dos partidos, além das dimensões citadas, também são efeito da conformação das suas coalizões dominantes; e as atividades de conquista/defesa do domínio do partido.

As organizações partidárias sofrem pressões para se adaptar à forma institucional do regime político em que atuam, podendo ter que traçar estratégias para continuar existindo. A parte final deste relatório também conta com uma análise sobre isto focando as eleições municipais da cidade de Matão/SP, bem como cita outros exemplos.

Panebianco (2005) apresenta que muitos aspectos do sistema político-institucional podem influenciar a ordem interna dos partidos, como as relações entre o Legislativo e o Executivo, a influência do governo no Parlamento, o nível de institucionalização das organizações estatais e o tipo de sistema eleitoral nacional, se proporcional, majoritário ou misto. “Ao incidir sobre o mapa do poder organizativo, os sistemas eleitorais incidem também sobre a capacidade de controle da liderança nacional, sobre o partido no seu todo” (PANEBIANCO, 2005, p. 408).

“O grau de adaptação às coerções institucionais é, efetivamente, uma função do nível de institucionalização dos partidos. Os partidos fragilmente institucionalizados são mais “plásticos”, mais adaptáveis do que os partidos com forte institucionalização, porque são mais dependentes do ambiente externo. Portanto, uma institucionalização forte comporta um grau de adaptação menor, e uma institucionalização fraca, um grau de adaptação maior às coerções institucionais” (PANEBIANCO, 2005, pp. 408-409).

Os ambientes que exercem influência mais direta sobre os partidos, na definição de Panebianco (2005), são as arenas, que por sua vez são estruturadas pelas coerções institucionais. Nas arenas, desenvolvem-se as relações entre o partido e as outras organizações, os partidos concorrem e extraem os recursos necessários para o seu funcionamento. As arenas dos partidos são interdependentes. Panebianco (2005) as chama de “diversas mesas de jogo”, onde o sucesso obtido em uma pode ajudar na outra.

“Por exemplo, os financiamentos que um partido recebe de um grupo de interesse e troca de medidas favoráveis são despendidos para subtrair votos

aos partidos concorrentes, e o sucesso eleitoral, por sua vez, serve para atrair novos e mais conspícuos financiamentos” (PANEBIANCO, 2005, p. 410).

Os processos de troca e de negociação dos partidos nas diversas arenas definem as áreas de “incerteza” organizativa, pois os ambientes podem mudar, e os termos de troca numa arena podem repercutir sobre as outras, inclusive sobre as principais (para os fins de manutenção da estabilidade organizativa do partido). Panebianco (2005) destaca como principais arenas a eleitoral e a parlamentar. Elas são sempre ambientes relevantes para os partidos que atuam nos sistemas políticos competitivos. A fisionomia dessas duas arenas produz alguns dos efeitos mais relevantes sobre os partidos políticos. As arenas são interdependentes. Isso pode tornar o ambiente incontrolável mesmo para uma instituição forte. Os efeitos de uma arena podem ser neutralizados ou se combinar com características de outras arenas.

Na arena eleitoral, que pode apresentar diversos graus de estabilidade e complexidade, que influenciam o grau de hostilidade do ambiente para a organização, se desenvolve a competição dos partidos por votos.

O grau de controle do ambiente que o partido exerce depende de seu nível de institucionalização e também do grau de complexidade da arena, que quando alto eleva a instabilidade e a incerteza ambiental. Um fator a ser destacado aqui é a existência ou não de competidores que cada partido tem e a sua força de atração sobre o seu “território de caça”.

Pelos exemplos de Panebianco (2005), o ambiente eleitoral brasileiro seria altamente imprevisível.

“[...] o ambiente eleitoral de um partido que tem muitos competidores – às vezes tanto à sua direita quanto à sua esquerda -, como acontece geralmente nos sistemas multipartidários e, particularmente, de multipartidarismo extremo, é um ambiente altamente complexo para o partido e, portanto, altamente imprevisível” (PANEBIANCO, 2005, p. 416).

Em ambientes complexos e instáveis, os partidos podem adotar posições hostis e agressivas em relação a seus opositores. Mas também formam-se alianças, para a defesa da estabilidade organizativa. Para Panebianco (2005), há aqui um

paradoxo: as alianças mais estáveis são as formadas entre opositores (por exemplo, entre dois partidos de esquerda que disputam o domínio de um mesmo eleitorado). Já as alianças mais instáveis seriam formadas entre competidores, o que pode ameaçar a identidade dos partidos.

5. PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Para Bennech (2013), o estudo sobre partidos políticos brasileiros é indissociável de sua relação com o Estado. Na época do Império, haviam dois partidos, o Conservador e o Liberal, geridos pelo governo. Através do Poder Moderador, nas mãos do imperador, o Poder Executivo podia interferir nos demais poderes. Tais partidos eram controlados pelo aparelho estatal, e não foram formados como uma reação da sociedade civil.

A disputa entre oligarquias regionais fez com que o poder fosse distribuído em diversos centros, recaindo sobre as províncias (agora estados). Implantou-se no Brasil uma república federativa a partir de 1889. O novo arranjo partidário não exigia amplitude nacional, o que gerou uma dependência dos agentes locais em relação ao aparelho estatal, abrindo espaço para práticas como o “coronelismo” (LEAL, 1997). “Poderíamos dizer que já aqui os partidos agem como agências do Estado, tendo como principais recursos de poder aqueles advindos da relação com o governo” (BENNECH, 2013, p. 30).

A Revolução de 30 e a era varguista vêm como resposta à descentralização do período anterior, e trouxe de volta a ideia do papel central do Estado frente ao poder legislativo e à estrutura partidária. Para o período que vai desta época até 1945, Bennech cita Souza (1983), que destaca que com o intenso controle do Estado sobre as instituições partidárias e com a incapacidade das elites se organizarem de forma eficaz devido a vícios e práticas personalistas e clientelistas, houve uma presença no período de forte antipartidarismo. Para Campello de Souza (1976), mesmo durante o Estado Novo de Getúlio Vargas houve uma ideologia contrária à organização política em bases partidárias, ou seja, daqueles formados “da periferia para o centro”, que pudessem prejudicar uma almejada estruturação de partidos nacionais, onde notamos uma atuação da própria máquina estado-novista.

Apesar do período seguinte (1946-1964) estar situado entre dois períodos reconhecidamente autoritários, Campello de Souza (1976) atenta para a existência de continuidade em importantes aspectos políticos e institucionais entre o Estado Novo

e o regime que o seguiu: haveriam instrumentos legais utilizados para se assegurar o controle de mudanças que pudessem vir a ocorrer. Traços de uma continuidade do antigo regime podiam ser vistos em alguns mecanismos da transição, como os que exerceram influência sobre a formação e desenvolvimento do sistema partidário.

Sousa (2005) relata que “os modernos partidos políticos brasileiros começaram a nascer a partir de maio de 1945, quando foi editada a Lei Agamenon Magalhães”. Esta lei, além de estabelecer requisitos para se obter o registro de um partido, acabou com as candidaturas avulsas. Ou seja, a partir de então, só puderam “concorrer a cargos públicos eletivos as pessoas que estivessem filiadas a um partido” (SOUSA, 2005, p. 27).

Esta lei, que regulou o alistamento eleitoral e as eleições, foi o Código Eleitoral (Decreto nº 7.586) vigente no período. Também foi conhecida como “Lei Agamenon” em referência ao Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, nomeado em março de 1945 com a incumbência de a elaborar, e apressava-se assim a constituição formal de partidos políticos, como nos mostra Campello de Souza (1976).

Neste processo, foram lançadas as bases de organizações partidárias, onde nota-se ainda a atividade da máquina getulista, sobretudo no caso do PSD, “criado de cima para baixo”, “de dentro para fora do Estado, através de convocação feita pelos interventores às bases municipais nos estados” (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 109). Isso favorecia o partido do governo na medida em que dispunha das interventorias organizadas em todas os estados, enquanto as outras agremiações em geral restringiam-se a um ou dois estados. No caso da UDN, conforme Campello de Souza (1976), citando Maria Lúcia Lippi de Oliveira, esta reunia, em suma, “todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 1937” (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, pp. 108-109).

Em termos de importância eleitoral, mostra Sousa (2005), os principais partidos políticos organizados no período de 1945 a 1965 foram a UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Para Bennech (2013), estes três partidos principais também giravam em torno do controle estatal, “mantendo a lógica estadocêntrica” (BENNECH, 2013, p. 31).

Além destes três partidos, que sozinhos registravam percentuais de votação para a Câmara dos Deputados no período que variaram entre 73,1 e 79,4% dos votos (NICOLAU, 2004), haviam também outras legendas, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que teve seu registro cassado em 1947, PR (Partido Republicano), PDC (Partido Democrata Cristão), PRP (Partido da Representação Popular), PSP (Partido Social Progressista) e PSB (Partido Socialista Brasileiro) e outras, partidos que “tiveram, no agregado, pouca influência sobre a natureza da competição partidária” (NICOLAU, 2004, p. 102). Segundo um artigo deste Código Eleitoral de 1945, o Tribunal Superior Eleitoral poderia negar o registro de qualquer partido cujo programa fosse contrário aos princípios democráticos definidos na Constituição. 15 legendas que tinham registro provisório o tiveram cancelado. O artigo chegou a ser acionado contra uma organização de renome, o Partido Comunista Brasileiro.

Apesar da obrigação de se estar filiado a um partido para concorrer às eleições, segundo Nicolau (2004), a legislação da República de 1946 era pouco exigente com relação à filiação partidária. Segundo o autor, não havia documentos legais que comprovassem o vínculo de um cidadão com um determinado partido.

“Para concorrer em uma eleição, o partido (ou coligação) precisava apenas registrar sua lista de candidatos quinze dias antes do pleito. Nas situações em que havia coligação, não havia indicação do partido ao qual cada candidato estava vinculado – nestes casos, a estatística eleitoral trazia apenas a lista dos partidos que disputaram a eleição (em outros, nem isso) e um rol de candidatos inscritos” (NICOLAU, 2004, p.87).

Apesar da estabilidade do sistema partidário da República de 1946 (pelo menos na disputa para a Câmara dos Deputados), ele entrou em colapso em 1964, com a tomada de poder pelos militares. Sendo assim, as eleições de 1946 foram as últimas no regime pluripartidário (TOLEDO; PRANDO; COLOMBO, 2015, p. 85).

Após este período democrático e pluripartidário (1945-1964), vigorou durante a ditadura militar o bipartidarismo, com apenas duas legendas: ARENA e MDB. O

sistema bipartidário foi extinto pela Lei nº 6.767, de 20/12/1979, que reformulou vários dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, permitindo assim o reestabelecimento do sistema multipartidário no país. Os dois partidos do período ditatorial deram origem ao PDS (ARENA), ao PMDB (MDB) e ao PP (dissidentes da ARENA e moderados do PMDB). Mais três outros foram criados: PT, PTB e PDT. Posteriormente, o quadro partidário foi se ampliando.

Entre 1985 e 1995, segundo Nicolau, citado por Dantas e Praça (2010-A), surgiram mais de 70 legendas. Algumas se consolidaram, outras se fundiram, algumas mudaram sua nomenclatura e outras deixaram de existir. Regras como coletas de assinaturas em diversos estados do país regulamentam a criação de novos partidos. Cumprindo determinados requisitos (dispostos na leiº 9.096, de 19/09/1995 e reavaliados na Resolução nº 23.465, de 17/12/2015), como a obrigatoriedade do caráter nacional dos partidos, que devem ter também estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral, estas agremiações podem disputar eleições, receber percentual do fundo partidário e participar do horário eleitoral, conforme indica a Lei nº 9.096/95, art. 7º, § 2º. Atualmente, o Brasil conta com 35 agremiações partidárias registradas.

Segundo Dantas e Praça (2010), no Brasil,

“a formação de partidos é livre, não havendo um estabelecimento legal de um número mínimo e máximo de legendas. Para que uma sigla seja constituída e dispute eleições, é necessário o atendimento a algumas exigências. As principais regras para a formação de um partido [...] são:

- Ser fundado por, no mínimo, 101 brasileiros residentes em pelo menos um terço dos estados;
- Contar com o apoio, em abaixo-assinado, de pelo menos 0,5% do eleitorado, disposto em, no mínimo, um terço dos estados, de tal forma que em nenhuma dessas unidades o percentual fique abaixo de 0,1% do eleitorado local;
- Não receber apoio financeiro de qualquer tipo de organização estrangeira;
- Registrar, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, estatuto que não viole os direitos humanos, os preceitos constitucionais e a soberania nacional”

(DANTAS e PRAÇA; 2010, p. 327).

Cumprindo esses requisitos e sendo aceito pelo Tribunal Superior Eleitoral, os partidos criados já podem disputar eleições, receber percentual do fundo partidário e participar do horário eleitoral, que segundo parte da literatura brasileira funciona como

um ordenamento informal das listas partidárias, ressaltando as candidaturas proporcionais mais relevantes de cada legenda. Dantas e Praça (2010-A) chamam a atenção de que

“a principal exigência da lei que regulamenta a criação de partidos no Brasil é com o caráter nacional das legendas, não havendo qualquer cláusula que trate da necessidade de representantes na Câmara dos Deputados ou percentual de votos em pleitos futuros para a obtenção de registro definitivo” (DANTAS e PRAÇA; 2010, p. 183).

Esta exigência já tentou ser implantada, é a “cláusula de barreira”, também chamada de cláusula de exclusão ou de desempenho. Este dispositivo prevê o cancelamento do registro de partidos que não conseguiram eleger o número de representantes suficientes para o Congresso Nacional, ou que não conseguiram obter um número determinado de votos. Para Carvalho (2013) “entende-se por cláusula de barreira a disposição normativa que nega, ou existência, ou representação parlamentar, ao partido que não tenha alcançado um determinado número ou percentual de votos” (CARVALHO, 2003, p. 3). Apesar de tentativas de implementação, a “cláusula de barreira” nunca chegou a ser de fato aplicada no Brasil, ainda que tenha causado a fusão de algumas legendas antes de ser revogada em 2006. Por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, dois ou mais partidos políticos podem fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro (Lei nº 9.096/95, art. 29, caput).

Sobre a situação dos partidos políticos no Brasil, Ribeiro (2013) comenta que, salvo raras exceções, as organizações partidárias brasileiras têm sido abordadas de modo apenas marginal. A função representativa dos partidos, com a formação de laços com eleitores e atores organizados, é o aspecto privilegiado das análises, em detrimento de estudos sobre os filiados, a capilaridade organizativa, o financiamento ou a estrutura decisória interna dos partidos brasileiros.

Tornou-se corrente a ideia de que os partidos brasileiros seriam debilmente organizados.

“Nossos partidos não teriam interesse em recrutar novos filiados e em promover canais internos de participação; a militância de base seria pífia, restrita aos momentos eleitorais, o partido estaria vedado não só à influência de sua base, mas também aos influxos societários de um modo geral. Com atividades e recursos extraeleitorais escassos, as legendas funcionariam como agências formais de obtenção de mandados; os candidatos, autônomos, financiariam não apenas suas próprias campanhas, como também a incipiente máquina partidária” (RIBEIRO, 2013, pp. 225-226).

Sendo assim, as principais estruturas partidárias seriam do tipo *catch-all*, que citamos anteriormente como “pega-tudo”. Segundo Nogueira (2012), o termo *catch-all* significa “abarca todos” e foi inventado pelo cientista político americano de origem germânica Otto Kirchheimer.

Esta análise corrente também diz respeito à estrutura federalizada da organização dos partidos brasileiros e à atuação das lideranças nacionais mais expressivas como mediadoras dos conflitos entre as elites regionais, “acomodando as divergências antes de elas aflorarem nas instâncias partidárias” (RIBEIRO, 2013, p. 226), garantindo assim a unidade do partido no sentido de sua não-ruptura, e ficando a união na ação política em segundo plano.

Kerbaui (2012), citando Mainwaring, coloca a alta fragmentação de nosso sistema partidário, combinada com o elevado índice de indisciplina partidária e o alto grau de personalismo político como fatores que contribuem “para o enfraquecimento dos partidos, prevalecendo partidos do tipo *catch-all*, descentralizados, comparativamente indisciplinados e comparativamente individualistas” (KERBAUY, 2012, p.1).

Ribeiro (2013) considera os partidos brasileiros como “exemplos de organizações em que a informalidade e a pessoalidade predominam sobre a formalização de procedimentos, as normas e as instâncias oficiais” (p. 226).

Para Bennech (2013), a relação entre partidos políticos e sistema partidário com o Estado, que ela aponta em diversas fases de nossa história, tem reflexo no quadro atual.

“Com as mudanças sociais, políticas e institucionais e a crescente necessidade de adaptação dos partidos às novas realidades do eleitorado e arcabouço de governo, a criação de novas organizações partidárias surge como uma opção para as elites políticas, reforçando a perspectiva de dependência do aparelho estatal” (BENNECH, 2013, p. 32).

A partir da segunda metade da década de 1990, alguns autores passaram a estudar os partidos políticos de uma forma mais positiva, analisando as bancadas do Congresso como disciplinadas e coesas, com líderes com poderes para fazer valer suas indicações, sendo os partidos atores centrais na base de sustentação dos governos. Mais ainda, a disciplina partidária estaria num grau suficiente para tornar as decisões do plenário da Câmara e do Senado previsíveis. Esta discussão pode ser vista em Figueiredo e Limongi (2001). Estes autores são contra a literatura corrente, que afirma que a combinação de presidencialismo com um sistema multipartidário seria tensa. Os partidos que não o do presidente recusariam sistematicamente à cooperação e o governo, sem apoio, tenderia à paralisia. Porém, a partir de observação empírica, Figueiredo e Limongi (2001) notam aspectos pouco observados até então (como o funcionamento interno do Congresso Nacional, a manutenção de poderes legislativos do presidente, o poder de veto e poder de agenda¹ do Executivo, a determinação de áreas em que a iniciativa exclusiva de legislação é do Executivo – matérias orçamentárias, tributárias e relativas à organização administrativa - e a possibilidade de enviar medidas provisórias), e constam que há na verdade, dentre os deputados, uma elevada taxa de aprovação das matérias introduzidas pelo Executivo, e este apoio é estruturado em linhas partidárias. Os parlamentares teriam, assim, pouco espaço para perseguir interesses particularistas.

“Explicamos por que se verifica tão alta disciplina partidária quando a literatura nos faz supor que ela seria inexistente. A distribuição de direitos parlamentares no Legislativo, conforme assinalamos anteriormente, tende a ser desconsiderada pela literatura. Apesar da tão propalada incapacidade dos partidos políticos brasileiros para estruturar e canalizar as preferências do eleitorado e para constituir raízes sólidas e profundas na sociedade civil, apesar de todos os incentivos ao individualismo que a legislação eleitoral

¹ Poder de agenda, para os autores citados, é a “capacidade de determinar não só que propostas serão consideradas pelo Congresso, mas também quando o serão” (FIGUEIREDO e LIMONGI, p. 23). Esta influência induziria os parlamentares (deputados) à cooperação.

brasileira possa ter, apesar de todos esses e tantos outros argumentos comumente citados, os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado conferem amplos poderes aos líderes partidários para agir em nome de interesses de seus partidos. Os regimentos internos consagram um padrão decisório centralizado onde o que conta são os partidos” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001, p. 28).

Ribeiro (2013) afirma que os líderes das principais legendas não estão inertes. Alguns líderes buscam a centralização de suas estruturas, refreando a fragmentação federalista e tentando acomodar os interesses das elites regionais. Figueiredo e Limongi (2001) consideram que, por força regimental, estes líderes contam com recursos necessários para atuar em nome de suas bancadas, e assim garantem a unidade de seus partidos. Os líderes teriam ainda um papel de “ponte”, representando “os interesses do partido junto ao Executivo e os do Executivo junto ao partido” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001, p. 35).

Ribeiro (2013), por sua vez, cita algumas práticas ligadas ao arcabouço da maioria das siglas brasileiras: “maior autonomia às ações subnacionais, relaxamento dos critérios de filiação, preponderância dos parlamentares, dependência do Estado, concentração decisória e autonomia da cúpula nacional do partido” (RIBEIRO, 2013, p. 227). O autor considera uma inadequação histórica e cultural a tentativa de confrontar os partidos brasileiros “realmente existentes” com o paradigma do partido de massa duvergeriano. O autor aponta que os partidos têm enfrentado a desconfiança da opinião pública e sido desafiados pelos meios de comunicação e por novos autores e canais de expressão. Assim, “se veem cada vez mais distantes de um cenário de forte enraizamento social, organizações robustas, etc., voltam-se, então, para o sólido terreno estatal, onde ainda comandam o jogo” (RIBEIRO, 2013, p. 228).

Para Ribeiro (2013), a centralização hierárquica do modelo duvergeriano, no plano das relações entre instâncias nacionais e subnacionais, também deixou de ser regra. Para ele, “a recusa do viés normativo do referencial duvergeriano é ponto de partida fundamental para se apreender o papel, as transformações e a importância dos partidos enquanto instituições ainda indispensáveis nas democracias contemporâneas” (RIBEIRO, 2013, p. 228). O autor aponta a dificuldade de obtenção

de dados precisos e confiáveis sobre as organizações partidárias como um obstáculo aos estudos sobre o efetivo funcionamento interno destas agremiações. Nisso, a análise de documentos partidários oficiais mostra-se como uma estratégia válida, inclusive ao se compará-los com a dinâmica real das organizações.

Por isso, Ribeiro (2013) compara as estruturas decisórias internas do PT, PSDB, PMDB e PFL/DEM. O recorte abrangeu a lei nº. 9096, que concedeu autonomia aos partidos brasileiros no que diz respeito à sua organização interna, substituindo a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), de 1971, “legislação que também forneceu, entre 1971 e 1979, um verniz legal à proibição da formação de novas legendas” (RIBEIRO, 2013, nota 12).

No Brasil, processos de escolha de candidatos e deliberações sobre coligações, à exceção das decisões sobre eleições presidenciais, podem ser atribuídos às instâncias subnacionais dos partidos, “garantindo, por si só, a manutenção de elevado grau de descentralização das estruturas – com especial concentração de poder nas seções estaduais” (RIBEIRO, 2013, p. 249).

Com a lei que substituiu a LOPP, a administração dos partidos passou a ter mais autonomia. A executiva ou diretório nacional dos mesmos passou a legislar sobre as coligações estaduais, por vezes apenas “recomendando” alianças preferenciais. O estatuto de alguns partidos coloca a executiva nacional deles como responsáveis por determinar, a cada eleição, normas a serem seguidas nas três esferas – nacional, estadual e local. Ou seja, as instâncias subnacionais participam das decisões quanto à formação de alianças, mas elas podem sofrer interferência e até mesmo ser vetadas pela executiva nacional dos partidos.

“As coligações precisam, no entanto, ser aprovadas pela executiva do nível respectivo, o que preserva o poder das seções estaduais. Cabe à executiva nacional a última palavra em caso de contestação ou de descumprimento de normas” (RIBEIRO, 2013, p.249).

Contrariando uma bibliografia consagrada, Ribeiro (2013) apontou que as cúpulas nacionais dos partidos não são frágeis. Os dados de sua pesquisa

“sugerem que o mecanismo tem se constituído em recurso importante para a articulação orgânica interna, para o *enforcement* de decisões superiores (principalmente em relação a questões eleitorais), e como recurso de poder nos conflitos entre facções e lideranças pelo controle da máquina” (RIBEIRO, 2013, p. 252).

As ações quanto às coligações eleitorais e de intervenção sobre órgãos partidários são indicativos da tendência de que

“nas reformas estatutárias realizadas nos últimos 15 anos, veem-se indícios de que as lideranças nacionais de alguns dos maiores partidos tem agido no sentido de promover graus maiores de centralização e articulação interna de suas agremiações” (RIBEIRO, 2013, p. 254).

O processo decisório no interior dos partidos brasileiros, segundo Guarnieri (2009), mostra que existe “vida partidária”, e que está é complexa em termos de mecanismos institucionais. Uma variável importante é o grau de controle que as lideranças exercem sobre a organização partidária, quanto a decisões sobre lançar candidaturas ou buscar alianças com outras forças políticas.

Os partidos brasileiros são organizados sob diversos órgãos: diretórios municipais, estaduais e nacionais. Porém, mesmo que em operação há décadas e com milhares de filiados, diversos partidos brasileiros ainda se organizam prioritariamente sob comissões provisórias. Esta ausência de organização, segundo Guarnieri (2009), é usada de forma estratégica pelos dirigentes nacionais dos partidos, já que uma estrutura partidária baseada em comissões provisórias dá grande poder à Comissão Executiva Nacional, aumentando o controle sobre a organização e amenizando disputas internas e locais, centralizando as decisões. Algumas agremiações chegam a dissolver diretórios, designando comissões provisórias, para acomodar forças que no momento servem melhor à estratégia partidária. Usando este recurso, compensa-se a descentralização mais frequente nos partidos mais organizados.

Na conclusão de seu artigo, Ribeiro (2013) cita a tese de Panebianco de que todo partido que chega ao governo central passa a ter comportamentos mais pragmáticos e aliancistas.

6. FORMAS DE ASSOCIAÇÃO ENTRE PARTIDOS: ALIANÇAS, COLIGAÇÕES E COALIZÕES

Uma das características do nosso sistema eleitoral é a possibilidade de formação de coligações entre partidos políticos para a disputa de eleições. Os partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral têm a possibilidade de disputar cargos eletivos a partir de coligações, segundo o Art. 6º da Lei das Eleições - Lei nº 9.504, de 30/09/1997. Além da disputa isolada e de coligações nas eleições majoritárias, há a possibilidade de formação de coligações proporcionais, ou seja, entre partidos que disputam cargos de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores. Neste caso, a legislação permite que diferentes coligações proporcionais sejam formadas dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário (Lei nº 9.504, 30/09/1997 - Art. 6º). Ou seja, um partido que deseja se coligar nas eleições proporcionais pode se aliar a partidos que apoiem a mesma candidatura ao Executivo ou a partidos que não apoiam nenhuma candidatura majoritária. Não pode, porém, coligar-se com um partido que apoie outro candidato ao Executivo no mesmo nível eleitoral. A possibilidade de celebrar coligações proporcionais, segundo Sousa (2005), foi permitida a partir das eleições de 1950, e é uma das peculiaridades de nosso “sistema eleitoral de lista aberta” (NICOLAU, 2006).

Segundo Schmitt (2005), as associações eleitorais entre diferentes listas partidárias no período anterior ao regime militar iniciado em 1964, com base na legislação eleitoral (Código Eleitoral de 1950), deveriam ser registradas sob o nome de “alianças”. As alianças eleitorais para o sistema de representação proporcional foram proibidas pelo Código Eleitoral de 1965 e a redação atual deste código, formulada com a Lei nº 7454, de 30/12/1985 reestabeleceu a possibilidade de associações partidárias nas eleições proporcionais, sob o nome de “coligações”, denominação mantida por toda legislação eleitoral subsequente.

Alianças e coligações são, portanto, termos diferentes para se denominar o mesmo fenômeno: o das listas partidárias associadas disputando eleições, conforme explicação de Schmitt (2005), mas são utilizadas para designar dois momentos distintos da disputa eleitoral brasileira.

Esta pesquisa abrangerá apenas os anos compreendidos entre 1996 e 2012, portanto, período que envolve o sistema partidário brasileiro contemporâneo, e em que a legislação eleitoral adotou a denominação “coligação” para se referir a tais associações partidárias.

Schmitt (2005) também apontou outra diferenciação importante: entre alianças/coligações eleitorais e coalizões parlamentares (associações entre partidos na sustentação ou oposição congressional ao governo).

“Coalizões partidárias são formadas após o momento eleitoral, são direcionadas para o processo legislativo enquanto tal, e podem não guardar qualquer semelhança com as combinações realizadas entre as legendas para a disputa das eleições. Este divórcio é acentuado pelo fato de que as coligações eleitorais são compostas no nível estadual, variando enormemente entre as unidades da Federação, enquanto que as coalizões parlamentares se dão no nível das bancadas nacionais dos partidos” (SCHMITT, 2005, p. 12).

Estas variações entre níveis permitem por exemplo que, em um estado, o candidato a governador do partido A esteja coligado e apoiando o presidenciável do partido B, enquanto a nível nacional este partido B esteja coligado com outras legendas e até mesmo tenha candidato próprio ao governo no Estado da candidatura do partido A.

Apesar desta diferenciação terminológica e temporal entre “coligação” e “coalizão”, alguns autores colocam a própria “coligação” como sendo uma “coalizão eleitoral”. É o caso, por exemplo, de Abranches (2016). Aqui, porém, adotaremos a explicação de Schmitt (2005). Ou seja, “coligações” são formadas no âmbito eleitoral, no momento das eleições. “Coalizões” são formadas após as eleições, como base de sustentação ou apoio a governos já eleitos.

Abranches (1988; 2016) mostra que, num cenário de grande fragmentação partidária, os “governos de coalizão” são inevitáveis quando o Executivo precisa de maioria para alcançar governabilidade. Esta coalizão deve ser administrada, de maneira que não leve a uma “crise de governança” e “paralisa decisória”. O dilema político brasileiro, para Abranches (1988; 2016), portanto, não está no fato em si de

nosso sistema ser presidencialista, mas sim no de se basear em coalizões. Mais ainda, “o problema não está na exigência de uma coalizão de governo. Ele está no tamanho da coalizão e no modo de formá-la” (ABRANCES, 2016, p. 2). Vamos nos ater agora às “coligações”, formadas no momento eleitoral.

7. COLIGAÇÕES ELEITORAIS E SUAS CLASSIFICAÇÕES

A legislação eleitoral brasileira permite que partidos se coliguem para disputar cargos majoritários e proporcionais. Carreirão e Nascimento (2010) comentam sobre as estratégias dos partidos brasileiros ao lançar candidatos nos níveis estadual e federal. Um dos pontos analisados são padrões de candidaturas: se são isoladas ou em coligações.

Os autores fazem uma revisão da literatura brasileira sobre coligações, com ênfase na literatura recente. Tais análises e informações ajudam na compreensão da formação de coligações a nível local, que diz respeito mais imediato à presente pesquisa.

Os aspectos relacionados às coligações eleitorais apresentados na literatura brasileira, segundo Carreirão e Nascimento (2010), incluem seus impactos sobre a fragmentação do sistema partidário ou sobre a representatividade do sistema político e as motivações dos partidos ao realizá-las.

Grande parte da literatura afirma que o objetivo mais geral da formação de coligações é a ampliação das chances eleitorais dos partidos, ou seja, a oportunidade de se eleger candidatos em eleições. Os partidos fariam então um cálculo que considera a magnitude dos distritos eleitorais, o tamanho do partido, o tempo no Horário Eleitoral Gratuito, o número de candidatos que podem lançar e o poder de chantagem dos partidos, conforme Carreirão e Nascimento ao citar Nicolau (1996).

Nesta situação, “a decisão estratégica sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais”. Além deste cálculo mais imediato, segundo Miguel e Machado (citado em CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2010, p. 76), as coligações podem ter a função de “sinalizar ‘aos demais membros do campo político afinidades com determinados grupos e afastamento de outros’, de forma a estabelecer parcerias, ‘no momento pós-eleitoral ou mesmo durante um segundo turno’ (MACHADO e MIGUEL, 2008, p. 5)”.

“a probabilidade de formação de alianças eleitorais é inversamente proporcional à estrutura de oportunidades eleitorais de cada um dos competidores. De modo mais geral, os partidos políticos optarão por formar alianças sempre que esta estratégia reduzir o risco de se perder a eleição” (SCHMITT, 2005, pp. 20-21).

Além disso, partidos que disputam o pleito proporcional coligados com outra(s) legenda(s) podem registrar mais candidatos do que poderiam caso concorressem isoladamente.

As coligações incluem também partidos menores. Os benefícios que os pequenos partidos podem ter em detrimento dos grandes é compensado pois em outra face do jogo político, as eleições não-proporcionais, esses pequenos partidos colaboram na sustentação de candidatos majoritários, lançados geralmente pelas grandes legendas. Esta relação foi percebida por Lavareda e citada por Schmitt:

“Esse apoio se traduz em recursos humanos e econômicos para a campanha eleitoral e, nos dias atuais, em aumento do tempo de propaganda eleitoral nos meios de comunicação destinados aos candidatos ao executivo” (SCHMITT, 2005, p. 20).

Sousa (2005), assim como outros autores, afirma que “a intensidade das alianças e coligações nas eleições proporcionais tem uma estreita relação com a disputa majoritária” (p. 33). Sobre esta relação, examinando dados estatísticos, conclui que

“Os dados mostram claramente que a intensidade de deputados eleitos por alianças e coligações é maior quando as eleições majoritárias e proporcionais acontecem juntas. Minha hipótese é que isso ocorre porque a coligação se forma a partir do candidato a governador (...) A conclusão que os dados permitem é que as eleições majoritárias têm uma forte influência na formação de alianças para disputa de cargos proporcionais num sistema multipartidário” (SOUSA, 2005, p. 40).

Outro fator que explica o interesse dos partidos pela formação de coligações é a força eleitoral dos mesmos, que é desigualmente distribuída no território nacional. Assim sendo, grandes partidos nacionais podem não ser grandes em alguns estados, enquanto pequenos partidos no nível federal podem ter sua força eleitoral concentrada

regionalmente, o que justifica algumas associações. Schmitt (2005) cita que Jairo Nicolau denominou este fenômeno de “federalismo partidário brasileiro”.

Questões relacionadas às motivações que levam as siglas se coligarem são o “peso” dos posicionamentos ideológicos dos partidos (esquerda, centro ou direita) e dos posicionamentos deles diante da polaridade governo/oposição em âmbito federal.

A alta fragmentação partidária no Brasil encontra respaldo na prática de coligações eleitorais. Muitos autores apontam a formação de coligações a nível local como uma forma de garantir benefícios localizados e individualistas. Kerbauy (2008) aponta a importância das organizações partidárias locais, e enfoca o papel da arena eleitoral na constituição da relação do Legislativo com o Executivo como contributo para uma melhor explicação de como as preferências políticas se distribuem entre os representantes locais e quais as suas consequências, por exemplo, sendo feitas coligações não apenas para a garantia de interesses individuais, mas como forma de se garantir a governabilidade local.

Uma questão central é saber se o posicionamento ideológico dos partidos é levado em conta pelos dirigentes dos mesmos ao se formarem coligações.

“Se a realização de coligações com partidos de posicionamentos ideológicos diferentes é percebida pelos dirigentes de um partido como tendo um custo relevante em termos de perda de eleitores, simpatizantes ou militantes, isso pode levá-los a evitar realizar este tipo de coligação. Em caso negativo, ou caso em que avaliem que a perda de simpatizantes e militantes é compensada pelo ganho em eleitores, pode prevalecer um quadro em que ocorrem os mais diferentes tipos de coligações, em termos ideológicos” (CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2010, p. 76).

As coligações entre partidos do mesmo campo ideológico podem ser chamadas de “coligações ideologicamente consistentes”, sendo “inconsistentes” as coligações entre partidos de ideologias opostas, conforme divisão que apresentaremos a seguir e que será utilizada nesta pesquisa.

Uma coalizão no âmbito federal, ou seja, a base de sustentação de um governo nacional, pode influenciar a formação de coligações eleitorais. Estudos antigos e

recentes mostram a influência das coalizões no âmbito do governo federal e dos governos estaduais sobre as coligações para diferentes cargos eleitorais.

Para abordar a dimensão ideológica das coligações, Carreirão e Nascimento (2010), bem como muitos outros autores, partem da diferenciação entre esquerda e direita, que não é a única forma possível de se abordar as diferenças ideológicas entre os partidos, mas

“ainda é relevante para a análise, até porque boa parte dos atores sociais envolvidos de alguma forma na disputa política (representantes políticos, dirigentes e militantes partidários, imprensa, analistas especializados, parte do eleitorado) parece utilizar esta diferenciação em sua avaliação da disputa política e/ou na tomada de decisão” (CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2010, p. 79-80).

A classificação dos partidos numa escala esquerda-direita formulada por Krause (2004) busca padronizar esta classificação para que possa ser utilizada por diversos pesquisadores envolvidos na publicação de trabalhos sobre coligações eleitorais no Brasil.

A partir desta classificação da dimensão ideológica de cada partido político, as coligações passaram a ser definidas segundo sua consistência ideológica. Sendo assim, considera-se como “consistente” uma coligação composta por partidos situados num mesmo “campo” do espectro político – ou seja, entre partidos de esquerda (E-E) ou entre partidos de centro (C-C) ou entre partidos de direita (D-D).

Uma coligação “semiconsistente” se dá quando um partido de centro se coliga com partido(s) de esquerda ou com partido(s) de direita. As possibilidades são C-E ou C-D.

Logo, uma coligação “inconsistente” é a que envolve partidos de polos opostos ideologicamente falando, ou seja, E-D ou E-C-D.

Para o recorte empírico estudado, o município de Matão/SP, iremos analisar as candidaturas isoladas e as coligações. Tentaremos verificar se as coligações

ideologicamente inconsistentes são maioria ou minoria dentre o total de coligações matonenses, e se são ou não punidas pelos eleitores.

Schmitt (2005), citando livro de Lima Júnior sobre instituições políticas no Brasil dos anos 80, em trecho específico sobre o processo eleitoral de 1986, aponta que alianças eleitorais são uma tentativa de fortalecimento dos partidos existentes, visando maximizar seu apoio eleitoral, mas ao mesmo tempo, sobretudo em eleições proporcionais, esta situação exacerba a competição eleitoral entre os candidatos, enfraquecendo os partidos.

A maioria das cadeiras sendo ocupadas por políticos que venceram as eleições disputando-as em alianças e coligações pode revelar uma descaracterização partidária, abrindo espaço para uma desenfreada criação de novas legendas e para a migração partidária. Os partidos coligados com o partido de um candidato podem orientar suas futuras migrações partidárias.

Em todo caso, como vimos, a formação de coligações parece trazer ganhos a todos os envolvidos na disputa eleitoral. E também há alianças e coligações feitas para somar posicionamentos parecidos, criadas por afinidades ideológicas.

8. A RELAÇÃO DO QUOCIENTE ELEITORAL COM AS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS

No Brasil, as eleições são realizadas a cada dois anos. Existem dois ciclos diferentes de votação: em um, são eleitos prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros. No outro ciclo, as eleições têm abrangência estadual e nacional e todos os Estados elegem governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais. Neste ciclo, também é eleito o presidente do país. Cada ciclo leva quatro anos para ocorrer novamente.

Existem duas fórmulas eleitorais simultâneas, sendo uma delas o princípio majoritário, adotado para a eleição de presidentes, governadores e senadores. Para os dois primeiros cargos eletivos, o candidato que tem a maioria absoluta dos votos se elege, podendo haver dois turnos de votação caso o mais votado não atinja mais da metade dos votos válidos. Esse princípio é adotado também nas eleições municipais (não coincidentes com as estaduais/nacionais), para o cargo de prefeito (pode haver segundo turno em cidades com mais de 200 mil eleitores). Já no caso dos senadores, dependendo da eleição, o primeiro ou o primeiro e segundo mais votados são eleitos, em turno único.

Simultaneamente a esta forma de saber qual candidato venceu as eleições, há o princípio proporcional, adotado nas eleições estaduais/federais para a Câmara dos Deputados (deputados federais), Assembleias Estaduais (deputados estaduais e distritais), e também nas eleições municipais para as Câmaras Municipais (vereadores). A representação proporcional, segundo Machado (2005), foi implantada no Brasil pelo Código Eleitoral de 1932.

“O nome já diz: representar proporcionalmente é gerar no corpo representativo uma distribuição de poder entre as correntes políticas o mais similar possível ao conjunto de preferências eleitorais. Assim, diferentemente da representação majoritária, que se baseia na ideia de que a função do processo eleitoral é identificar o interesse do maior número de pessoas, na representação proporcional cada partido deve eleger tantos representantes quantos votos receber nas urnas” (MACHADO, 2005; pp. 43-44).

Nicolau (2006) também apresenta que a representação proporcional já havia sido, com funcionamento diferente do atual, adotada no Brasil, e em 1932 já se previa o “voto preferencial”.

“A cédula podia conter um grande número de candidatos (tantos quantas fossem as cadeiras do estado na Câmara dos Deputados mais um), e o eleitor podia escolher candidatos de diferentes partidos e até mesmo nomes de candidatos não inscritos em nenhum partido – um modelo semelhante ao utilizado na Suíça atualmente. Mas o processo de apuração privilegiava o nome que encabeçava a lista de candidatos, já que o cálculo de distribuição das cadeiras entre os partidos só considerava esse voto; os outros nomes da lista só podiam disputar as cadeiras não alocadas na primeira distribuição (sobras). Esse sistema foi utilizado nas eleições de 1933 e 1934, mas as críticas à complexidade da apuração (que chegou a demorar semanas em alguns estados) foi um forte estímulo para a adoção, em 1935, de uma versão mais simples, na qual o eleitor passaria a votar em um único nome [regra que só entrou em vigor nas eleições de 1945]” (NICOLAU, 2006, p. 691).

Sobre a separação das votações em sistemas majoritários e proporcionais, Machado (2005), citando Duverger, afirma que uma análise do pesquisador sobre os efeitos políticos dos sistemas eleitorais revela que a representação majoritária favorece a consolidação de um sistema bipartidário, enquanto a representação proporcional leva a um sistema multipartidário. Esta ideia está relacionada com o chamado “voto estratégico” em eleições majoritárias, no qual o eleitor racionalmente deixa de votar em candidatos sem chances eleitorais (“fator psicológico”), devido à sub-representação de seus partidos em sistemas de um turno (“fator mecânico”), escolhendo um candidato ideologicamente mais próximo ou outro que favoreça sua primeira opção. Conforme nos mostra Guarnieri (2009), os efeitos deste fenômeno podem ser antecipados por parte das lideranças políticas, o que reduz o número de partidos que participam de uma disputa eleitoral, pois evita-se “falha de coordenação”, que seria um partido grande lançar candidatos sem chances de vitória.

Por outro lado, existem tendências que levam ao aumento do número de partidos, como o “sinistrismo”, que

“se dá quando um partido de centro assume o governo e perde uma ala mais à esquerda contrariada com a moderação que o partido adota. Essa facção à esquerda forma um novo partido que, sendo bem-sucedido eleitoralmente acaba por tomar medidas moderadas perdendo também sua facção mais à

esquerda. Isso aconteceria sucessivamente gerando uma miríade de partidos” (GUARNIERI, 2009, p. 66).

Outra tendência que leva ao multipartidarismo é a chamada “sobreposição de dualismos”, que “ocorre quando a política se dá em várias dimensões, surgindo várias dualidades nas quais diferentes partidos assumem suas posições” (GUARNIERI, 2009, p. 67). Tais ideias levam à chamada “lei de Duverger”, preposição que ganhou o *status* de lei na Ciência Política, e sugere que as eleições majoritárias de um só turno levam ao bipartidarismo (os partidos iriam sendo eliminados ou fundidos a outros, se reduziriam em número pela coordenação entre partidos ou de eleitores), enquanto o escrutínio majoritário de dois turnos ou a representação proporcional tendem ao multipartidarismo.

O modelo de representação proporcional adotado no Brasil é apresentado por Nicolau (2006) como um “sistema eleitoral de lista aberta”, algo que chama a atenção por diversos aspectos: a longevidade (“nenhum país do mundo utiliza a lista aberta há tantos anos” (NICOLAU, 2006, p. 690), a magnitude (tamanho) do eleitorado brasileiro em relação com o de outros países que utilizam o mesmo modelo (Polônia, Peru, Chile, Finlândia) e a combinação da lista aberta com outras possibilidades do sistema eleitoral (“grandes distritos eleitorais, possibilidade de realização de coligações eleitorais, eleições simultâneas para outros cargos (...) e a distorção acentuada na representação dos estados na Câmara dos Deputados”) (NICOLAU, 2006, p. 690).

Nas eleições proporcionais, ao contrário do de outros países (como Chile, Finlândia e Polônia – onde os eleitores devem votar em um nome da lista para ter seu voto contado para o partido), o eleitor brasileiro pode optar por votar na legenda. Ou seja, ao se identificar com um partido político, ao invés de escolher um deputado ou vereador específico, o eleitor dá seu voto à legenda, favorecendo o total de votos deste partido na soma de votos válidos do mesmo, já que este voto é levado em conta na distribuição de cadeiras entre os partidos.

Ao votar, o eleitor brasileiro escreve (no tempo da cédula) ou digita (após a introdução da urna eletrônica) o nome ou o número de um candidato sem qualquer menção aos demais da lista, o que pode causar nos eleitores a falsa impressão de

que os candidatos a deputado, tal como os candidatos a cargos majoritários, concorrem entre si.

Para eleger deputados federais, deputados estaduais e vereadores, o Brasil adota o sistema proporcional. Como saber quantos parlamentares cada partido ou coligação poderá eleger em cada ocasião?

Há a fórmula do quociente eleitoral. Divide-se o número total de votos válidos - excluídos os brancos e nulos – pelo número de vagas a se preencher². Para ilustrar o cálculo com um exemplo, o município de Matão atualmente elege 15 vereadores por eleição. Em 2012, esta localidade obteve 45.996 votos válidos. Dividindo-se 45.996 por 15, chegamos ao quociente eleitoral de 3.066,4, equivalente a 3.066.

Logo, todos os partidos e coligações proporcionais que obtiveram menos de 3.066 votos, não elegerão nenhum vereador, ainda que este tenha sido o mais votado da eleição (no caso, com mais de 1.852 votos), já que o quociente de seu partido ou coligação não atingiu o mínimo necessário para a obtenção de uma vaga.

Após a descoberta do quociente eleitoral de 3.066, calcula-se o quociente partidário. Divide-se a soma de todos os votos válidos (nominais e de legenda) de cada partido que concorreu isoladamente e de cada coligação pelo quociente eleitoral. Como exemplo, a coligação PTB/PR/PV obteve 4.845 votos válidos, o que lhe garante coeficiente partidário 1,58, ou seja, uma vaga. Observe o quadro da página seguinte.

² Forma de cálculo: número de votos válidos (nominais e de legenda) computados na eleição para deputado (federal ou estadual) divididos pelo número de vagas, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um se superior (art. 106 do Código Eleitoral). <<http://www.tre-rs.gov.br/index.php?nodo=7517>> Acessado em 29/01/14.

Quadro 1: Quociente eleitoral e partidário nas eleições 2012 – Matão/SP

UF	Município	Qt Votos Válidos	Qt Vagas QE	QE	Legenda	Qt Votos Válidos QP	Qt Vagas QP	Qt Vagas Média
SP	MATÃO	45.996	15	3.066	PDT / PT	12.629	4	1
SP	MATÃO	45.996	15	3.066	PMDB / PPS / PPL / PC do B	5.864	1	1
SP	MATÃO	45.996	15	3.066	PP / PSDB	5.428	1	1
SP	MATÃO	45.996	15	3.066	PRB / DEM / PRP	4.920	1	0
SP	MATÃO	45.996	15	3.066	PSB / PSOL	6.127	1	1
SP	MATÃO	45.996	15	3.066	PSL / PSC	6.183	2	0
SP	MATÃO	45.996	15	3.066	PTB / PR / PV	4.845	1	0

Fonte: dados gerados em < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012> >

Nas eleições municipais de 2012 para o município de Matão, nenhum partido concorreu isoladamente à Câmara Municipal. Todas as sete coligações proporcionais atingiram mais que 3.066 votos, logo, todas elas elegeram ao menos um vereador. As coligações que atingiram ao menos 6.132 votos, ou seja, o dobro do quociente aqui registrado, conquistaram duas cadeiras.

A coligação mais votada da cidade nestas eleições, representada pelo PDT/PT, obteve no total de seus candidatos mais os votos de legenda para esses dois partidos, 12.629 votos, ou seja, quociente partidário de ~4,12. Por isso, conquistou quatro cadeiras.

Distribuindo as cadeiras através deste cálculo, 11 das 15 cadeiras da câmara matonense foram ocupadas por vereadores que foram eleitos de acordo com o quociente eleitoral. Restaram quatro vagas, de vereadores que serão “eleitos por média”. O número de votos válidos (nominais e de legenda) dados a um partido ou

coligação são divididos pelo número de candidatos a que tem direito + 1, e o partido que terá a maior média ganhará mais uma cadeira.

Segundo explicação do site do TRE-RS, na eventualidade de existência de mais vagas a serem distribuídas através das sobras, deve-se repetir o mesmo cálculo, para o partido ou coligação que obteve a vaga anterior.

Resumindo o processo:

“(…) primeiro, calcula-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos no distrito pelo número de lugares. Obtido o quociente eleitoral e definido os partidos que irão participar da distribuição de cadeiras, é preciso estabelecer quantas cadeiras cada um ocupará. Então, calcula-se, para cada legenda outra quota: o quociente partidário, que resulta da divisão da votação de cada partido pelo quociente eleitoral e indica o número inicial de deputados³ a que o partido tem direito. Realizada a operação para todos os partidos, sobrarão assentos. As cadeiras que não foram ocupadas – o sistema eleitoral exclui da disputa das sobras (cadeiras não ocupadas durante a primeira distribuição) as legendas que não atingiram o quociente eleitoral – são alocadas pelo método de d’Hondt. Agora, a votação de cada partido é sucessivamente dividida pela série de números inteiros a partir daquele posterior ao número de cadeiras conquistada pela legenda no primeiro procedimento. Os resultados expressam a média de votos por assento preenchido. As maiores médias definem o destino das vagas. Resumindo: no caso brasileiro, parte dos deputados é eleita pelos quocientes partidários; a outra, pelas médias partidárias mais elevadas.” (MACHADO, 2005, p. 46).

A fórmula de distribuição das sobras citado acima nem sempre foi igual ao cálculo atualmente utilizado. Segundo Nicolau (2004), os efeitos produzidos pela fórmula eleitoral nas eleições de 1945 eram outros. Nestas eleições, as cadeiras não ocupadas após a primeira distribuição (ou seja, as chamadas “sobras”) eram alocadas para o partido com mais votos na eleição, não aos candidatos individualmente mais votados, o que na ocasião favoreceu o antigo PSD. Leal (1997) relata que, com esta regra em vigência, verificou-se um fenômeno curioso: “(…) as seções estaduais de um mesmo partido defendiam ou censuravam a lei conforme tivessem sido beneficiadas ou prejudicadas com o seu sistema de atribuição das sobras” (LEAL, 1997, p. 263)

³ O cálculo usado na eleição de vereadores é o mesmo.

Citando os artigos 39 a 42 do Código Eleitoral de 1945, Campello de Souza (1976) também traz estas e outras informações:

“Somente poderiam concorrer candidatos registrados pelos partidos políticos ou por alianças de partidos; um candidato poderia concorrer por mais de um partido para os cargos regidos pelo princípio majoritário, mas somente por um partido ou coligação partidária para os cargos regidos pelo princípio proporcional (...) um candidato poderia concorrer simultaneamente para presidente, senador e deputado federal num mesmo estado ou em mais de um estado” (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, pp. 118-119).

O princípio proporcional, portanto, já era adotado no Brasil nos anos 40. Porém, segundo Afonso Arinos (citado por Campello de Souza), veio a enfraquecer politicamente o Congresso daquela época, devido à atomização das maiorias e à “importância desmesurada” adquirida pelos partidos em votações apertadas, o que impunha necessidades de aproximação, muitas vezes até em seu pior sentido, ou seja, de chantagens e troca de vantagens.

O que nos interessa aqui é que esta forma de representação, combinada ao mecanismo de alocação das sobras já citado adotado na época, fez o princípio proporcional adquirir na “Lei Agamenon” um sentido bastante diverso. Era permitida a inscrição simultânea de um candidato a cargos diversos e em mais de um estado. O próprio Getúlio Vargas, por exemplo, concorreu para Senador em cinco estados e para deputado federal em nove, sendo eleito respectivamente em dois e sete, “beneficiando pelo sistema de sobra uma lista interminável de indivíduos escassamente votados” (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 119). Já hoje, “um candidato não pode concorrer em listas de outros estados nem disputar simultaneamente outros cargos na mesma eleição” (NICOLAU, 2006, p. 694).

Campello de Souza (1976) observa que a composição partidária da Câmara dos Deputados (Federal) eleita em 1945 seria muito diferente sem tais mecanismos.

“Somente a título de especulação, numa hipótese de exata proporcionalidade com a votação popular para a Câmara dos Deputados, isto é, se não houvesse Senado nem sobras, o PSD perderia cerca de 35 (trinta e cinco) constituintes, passando 13 (treze) para o Partido Comunista, 13 (treze) para os partidos menores (outros), 8 (oito) para o PTB e 1 (um) para a UDN”. (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, pp. 123-124).

A constituição de 1946 também referia um dispositivo semelhante de distribuição de sobras (“fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, na forma em que a lei estabelecer”). Um outro artigo regulamentava a representação dos partidos na Câmara Federal em função da distribuição geográfica da população.

Já nas regras em vigência atualmente, se um candidato exceder sozinho o quociente eleitoral, os votos excedidos são transferidos para seu partido ou coligação proporcional - que funciona como uma única lista -, beneficiando indiretamente candidatos que individualmente podem não tê-lo alcançado

“No Brasil, não existe cálculo intracoligação para distribuir assentos legislativos. Na prática, acontece o seguinte: quando um partido concorre sozinho, os votos de um candidato fracassado, já que pertencem à legenda, são transferidos a outros candidatos, sem que o eleitor seja consultado a respeito. Da mesma forma, os votos obtidos por um candidato que excede a quota eleitoral são transferidos àqueles que individualmente não alcançaram. Até aqui, a migração de votos é intrapartidária, mas, no Brasil, diante da permissão de coligações nas eleições proporcionais, verifica-se a transferência de votos, inclusive, a outros partidos” (MACHADO, 2005, p. 49).

Tais cálculos promovem uma maior diversidade na composição de câmaras e assembleias legislativas, já que em caso de todos os parlamentares serem eleitos por maioria de votos haveria o risco de um mesmo partido ou coligação tomar sozinho a maioria das cadeiras.

Associando-se a outras legendas, partidos que não tem votos para atingir o quociente eleitoral conseguem representação devido à somatória de sua votação nas eleições proporcionais com a votação de outros partidos. Em consequência deste mecanismo, segundo Schmitt (2005), o Brasil tem a norma menos exigente de acesso ao parlamento entre todas as democracias.

“A rigor, não são as coligações por si próprias que geram os ‘partidos de coligação’, mas sim a inexistência de uma ponderação dos votos de coligações entre as legendas que as compuseram. Os pequenos partidos de esquerda, por exemplo, costumam participar de coligações lançando pouquíssimos candidatos (três, dois ou até um único), o que favorece o bom posicionamento dos mesmos na ordem de votação. Já as pequenas legendas ‘de cidadãos anônimos’ adota a estratégia de lançar o número máximo de

candidatos permitidos pela legislação, de modo que frequentemente os seus representantes têm uma votação individual baixa” (SCHMITT, 2005, p. 22).

9. BREVE HISTÓRICO DE MATÃO

A partir de 1880, pessoas vindas de municípios vizinhos adquiriram terras na região onde mais tarde se formaria o Arraial do Senhor Bom Jesus das Palmeiras. Uma reunião cujo objetivo era fundar uma capela e um cemitério deram origem ao bairro de Matão. A comissão adquiriu terras onde se ergueria uma vila, fundada na data da primeira missa celebrada na capela, 25/03/1895. A vila foi nomeada Senhor Bom Jesus das Palmeiras.

Com mais pessoas estabelecendo-se no local, já com algumas casas de comércio e pequenas indústrias, a comunidade foi elevada à Distrito de Paz, já com o nome de Matão, ligado ao município vizinho de Araraquara/SP. O nome tem origem na existência de matas densas e de alto porte que haviam no local na época.

Pouco tempo depois, Matão foi elevada à categoria de município, sendo assim desmembrada do município de Araraquara, pela Lei Estadual n.º 567 de 27/08/1898.

Matão é um município brasileiro do estado de São Paulo, localizado a 585 metros de altitude, na latitude 21°36'12" sul e na longitude 48°21'57" oeste. O município ocupa uma área de 527,012 km² e a população, segundo o Censo 2013, é de 80.528 habitantes. Destes (considerando a última eleição municipal, em 2012), o eleitorado é composto por 61.084 pessoas. Matão tem dois distritos: São Lourenço do Turvo e Silvânia. Os municípios limítrofes são Taquaritinga, Dobrada, Motuca, Araraquara, Nova Europa, Gavião Peixoto, Tabatinga e Itápolis.

A cidade tem o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto, a soma dos valores produzidos pelo município em um ano) da região, totalizando R\$ 5,86 bilhões. Para este indicador, no Estado o município ocupa a 29ª posição e no Brasil é o 94º colocado, segundo dados do IBGE.

Uma explicação para o alto índice é a diversificação industrial da cidade. Quanto ao PIB per capita, que é o Produto Interno Bruto dividido pela quantidade de

habitantes, Matão é a 46ª cidade do Brasil e também a segunda da região, com R\$ 76.306,36.

O município também tem obtido boas colocações no IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, este índice é o resultado de um estudo que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, a partir de três áreas: emprego e renda, educação, saúde. A página da federação na internet informa que o índice foi criado em 2008 e “é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde”.

Segundo apuração divulgada em setembro de 2015, dados que levam em consideração números de 2013, Matão ocupa a 28ª colocação nacional, com IFDM de 0,8696, estando no Grupo de Alto Desenvolvimento. Considerando-se os 645 municípios do Estado de São Paulo, a cidade encontra-se na 21ª colocação.

A cidade é conhecida pela tradicional festa de Corpus Christi, ocasião em que tapetes com temática religiosa são confeccionados em ruas para posterior procissão. A proporção de católicos na cidade supera a média nacional: 73% dos matonenses são católicos, segundo o IBGE/2010. Matão conta com vários templos de igrejas evangélicas (totalizando 5%) e os espíritas representam 3% da população.

Quanto aos meios de comunicação, Matão conta com uma emissora própria de televisão: TVM (TV Matão), que transmite imagens produzidas e geradas na cidade desde 20/01/2000. No ar 24 horas por dia, quando não exhibe programação própria – que é transmitida na hora do almoço e ao final da tarde até às 23h - a emissora retransmite a programação da TV Brasil.

O canal de televisão é um dos poucos existentes nestes moldes no Brasil, e propicia que os matonenses tenham uma programação própria para assistir. Por isso, além do rádio, a cidade transmite o Horário Eleitoral Gratuito municipal na televisão, algo que geralmente só acontece em cidades grandes.

A emissora pertence ao grupo matonense Fundação Marischen, que também controla a TV Ara (emissora nos mesmos moldes que a partir de 2010 foi transmitida em Araraquara/SP – posteriormente transformada em Cultura Paulista, afiliada da TV Cultura), Saiba Já (portal de internet), Revista Maxxi e, seu meio de comunicação mais conhecido, a Rádio Saudades FM.

Outras rádios operam na cidade, a Rádio Educadora FM (comunitária) e, no sinal AM, a Rádio Cidade (antiga Rádio Notícias). O município também conta com mídia impressa, sendo os dois principais jornais A Comarca e Jornal do Comércio, além de outras publicações menores. Duas revistas de distribuição gratuita circularam pela cidade, uma que já citamos e a também a Revista Kappa, em edição própria.

Matão também é conhecida pelo time Sociedade Esportiva Matonense e pelo Hospital Carlos Fernando Malzoni. Há três instituições de ensino superior na cidade: Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior (IMMES) e Anhanguera Educacional.

10. ESTUDO SOBRE COLIGAÇÕES ELEITORAIS EM MATÃO: 1996 a 2012

Segundo Meneguello e Bizzaro Neto (2012), a dinâmica paulista passou a organizar-se a partir de 1994 por meio de dois vetores: a organização política nacional, com a polarização entre PT e PSDB, e a estruturação das preferências pelos principais partidos organizados na década de 1980. Diversas legendas passaram a existir, num sistema pluripartidário, e, com o tempo, votações mais expressivas foram se concentrando em partidos que se polarizaram nas disputas para o governo federal, PT e PSDB, mesmo em níveis locais.

O aumento da competitividade reflete também numa trajetória declinante do PMDB, “que teve suas expressivas bases locais herdadas do período bipartidário redirecionadas a múltiplos competidores, tanto devido às transformações das preferências, quanto à reacomodação das elites frente à ampliação do quadro de ofertas” (MENEGUELLO E BIZZARO NETO, 2012, p. 121). Neste cenário, partidos situados mais à esquerda no campo ideológico passaram a obter maior expressividade eleitoral.

No município de Matão, o PMDB também foi perdendo votos. Após décadas comandando o poder executivo municipal, o partido perdeu as eleições de 1996 para o candidato do PT. O ápice foi em 2012, ano em que o partido não elegeu sequer vereadores. Todavia, o PMDB local ainda tem sua importância. Em 2012, o partido coligou-se com o PT, e conquistou a vice-prefeitura. Este fenômeno, de uma solidificação do PMDB após o fim do regime militar, seguida anos mais tarde por um crescimento do PT, também pode ser observada também em outros municípios, como em Araraquara/SP, limítrofe do município de Matão, tal como podemos ver no estudo de TOLEDO; PRANDO; COLOMBO (2015).

Vamos traçar agora características das eleições de 1996 a 2012 no município, destacando-se as coligações realizadas para a disputa delas.

A eleição para o Executivo na cidade de Matão/SP, em 1996, teve como vencedor Aduino Scardoelli (PT). Com apenas 123 votos de diferença (12.673 no total), o candidato rompeu uma hegemonia política que se estendia desde 1969, totalizando 28 anos do MDB/PMDB no poder Executivo matonense.

Desta vez, o candidato a prefeito do PMDB, no caso Laert José Bastia Mendes (Zé Gordo) ficou em terceiro lugar, com 10.141 votos. O segundo colocado foi Rui Pinotti, do PSDB, com 12.550 votos.

Pretendíamos usar informações sobre as coligações realizadas nesta eleição. Contudo, as informações do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre o pleito de 1996 são incompletas. Para a cidade de Matão/SP, todos os campos da coluna “Coligação” da tabela de resultados da votação estão preenchidos com o termo “(sem coligação)”.

Outras fontes de pesquisa, contudo, apontam para a existência de coligações nas eleições municipais de 1996. Antoniosi (2005) afirma que “três coligações políticas distintas disputaram o executivo municipal; a primeira comandada pelo PMDB, a segunda, pelo PSDB e a terceira, pela coligação do PT” (p. 17).

O jornal A Comarca, de 08 de outubro de 1996, edição extra que trouxe o resultado das eleições, aponta os nomes destas coligações. A coligação que o prefeito eleito disputou as eleições se chamava “Frente Popular Democrática”. A coligação do segundo colocado se chamava “Coligação Matão 2000” e a do terceiro colocado para o cargo de prefeito era a “União por Matão”.

Contudo, não sabemos quais partidos compunham cada uma destas coligações, nem quais eram as coligações proporcionais formadas a partir destas realizadas para o Executivo, muito menos a somatória de votos de cada coligação para o cargo de vereador.

Conseguimos descobrir, através do *site* do Diretório Municipal do PT de Matão, que o partido disputou as eleições de 1996 coligado com o PDT. O texto mostra

apenas estes dois partidos na coligação, logo, trata-se de uma coligação considerada como ideologicamente consistente, já que ambos os partidos são classificados como de esquerda de acordo com Krause (2005) (ver anexo 2).

Nas eleições municipais seguintes, ocorridas em 2000, o PMDB voltou a governar a cidade. Com um candidato muito conhecido no local, ex-prefeito de Matão, Jayme Gimenez foi o candidato de uma coligação com 12 partidos, que pode também ter contribuído pela volta do PMDB ao poder (sobretudo a aliança com o PSDB). Os dois partidos deixaram de ser “concorrentes” na cidade. Jayme Gimenez foi eleito com 24.392 votos. Aduino Scardoelli, prefeito na época, não se reelegeu, tendo em 2000 14.617 votos.

A coligação de Jayme Gimenez era composta por PMDB/PSDB/PFL/PTB/PDT/PMN/PST/PTdoB/PRTB/PSD/PSB/PRP, ou seja, por partidos de esquerda, centro e direita, considerada assim como ideologicamente inconsistente. O alto número de partidos coligados contribui para a perda da chamada consistência ideológica da coligação.

Dentre as coligações proporcionais, para a eleição na Câmara, os partidos apoiadores de Gimenez se dividiram da seguinte maneira: o PMDB se coligou com o PST, partido que foi incorporado ao PL em 2003. O PST teve apenas um candidato a vereador nesta eleição, que acabou se elegendo suplente de algum dos vereadores eleitos pelo PMDB. Composta por um partido de centro e um de direita, esta coligação proporcional pode ser considerada ideologicamente semi-consistente.

O PFL (DEM) se coligou com o PTdoB, ambos considerados partidos de direita, portanto, coligação ideologicamente consistente. A mesma situação ocorreu com a coligação PRP/PRTB. Já o PSB, de esquerda, se coligou com o antigo PSD, classificado como direita, sendo esta uma coligação considerada ideologicamente inconsistente.

O PDT, que havia composto a coligação vencedora de Aduino em 1996, apoiou em 2000 o candidato do PMDB, apesar de proporcionalmente ter disputado sozinho.

O PTB e o PSDB também se lançaram na disputa isoladamente, apesar da coligação majoritária com o PMDB, que também foi apoiada pelo PMN, que não lançou candidaturas.

A coligação do outro candidato, Aduino Scardoelli, foi composta por quatro partidos: PT/PV/PPS/PCdoB, sendo a coligação proporcional PPS/PCdoB e PT e PV disputando isoladamente. Portanto, o PT encabeçou uma associação composta apenas por partidos considerados de esquerda, sendo esta coligação ideologicamente consistente.

As eleições 2000 na cidade de Matão também contaram com a coligação PL/PPB (PP), que lançou apenas vereadores e não apoiou nenhum candidato a prefeito. Sendo PL e PPB partidos do campo ideológico da direita, esta foi mais uma coligação ideologicamente consistente que disputou estas eleições no município.

Vamos verificar agora os resultados obtidos por cada coligação proporcional (ou seja, formada para a eleição de vereadores), para verificar se as coligações ideologicamente consistentes se saíram melhor nas urnas.

A coligação proporcional que mais elegeu vereadores foi PMDB/PST, semi-consistente, com 5 eleitos. Tal resultado reflete os números nacionais do PMDB, que em 2000, segundo levantamento de Kerbauy (2008), foi o partido que mais elegeu vereadores no Brasil. Com três eleitos, temos a coligação PFL/PTdoB, ideologicamente consistente. A nível nacional, o PFL (hoje DEM) também foi o segundo partido que mais teve vereadores eleitos. A coligação PRP/PRTB, também consistente, elegeu dois vereadores.

A coligação PSB/PSD, considerada inconsistente, elegeu dois vereadores. Cinco candidatos se elegeram a partir de partidos que não se coligaram com outras legendas (ver Quadro 2)

Ao fazermos um comparativo com as coligações realizadas em torno dos candidatos ao governo do Estado de São Paulo na eleição anterior, no caso, 1998,

notamos que nela também houve uma coligação encabeçada pelo PMDB, que, assim como em Matão (em 2000), se coligou com o PRP e o PTdoB. Porém, no município o PMDB esteve junto de outras nove legendas além destas, enquanto que em São Paulo em 1998 se aliou apenas com três legendas pequenas – as duas citadas mais o extinto PGT.

No caso do PT, nesta época ainda havia um maior alinhamento do partido com legendas situadas mais à esquerda do espectro ideológico. Não apenas na coligação formada em Matão no ano 2000 (PT/PV/PPS/PCdoB) se nota a chamada consistência ideológica de uma coligação, mas também em 1998 isso foi notado a nível nacional (coligação PT/PDT/PSB/PCdoB/PCB) e estadual (coligação em torno do candidato ao governo de São Paulo: PT/PCdoB/PMN/PCB/PPS).

Quadro 2: Coligações proporcionais e formas de candidatura, relação com a quantidade de vereadores eleitos no município de Matão/SP

	2000	2004	2008	2012	TOTAL
Vereadores eleitos a partir de coligações ideologicamente consistentes	5 (29,41%)	3 (30%)	2 (20%)	10 (66,66%)	20 (38,46%)
Vereadores eleitos a partir de coligações ideologicamente semi-consistentes	5 (29,41%)	5 (50%)	0 (0%)	4 (26,67%)	14 (26,92%)
Vereadores eleitos a partir de coligações ideologicamente inconsistentes	2 (11,77%)	2 (20%)	8 (80%)	1 (6,67%)	13 (25%)
Vereadores eleitos a partir de partidos que disputaram isoladamente as eleições proporcionais	5 (29,41%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (9,62%)
Total de vereadores eleitos	17 (100%)	10 (100%)	10 (100%)	15 (100%)	52 (100%)

Fonte: Dados pesquisados no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral – Resultado das Eleições 2000, 2004, 2008 e 2012, disponíveis em <

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores> > e Fundação Seade – Informações Eleitorais, disponível em <

http://www.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=ele_sel >

*alguns percentuais foram arredondados

Nas eleições seguintes (2004), Scardoelli voltou à Prefeitura de Matão/SP, se elegendo com 16.302 votos. O PPS saiu de sua coligação e passou a apoiar Jayme Gimenez, que foi candidato novamente. Em contrapartida, PSB, PRP, PRTB e PMN, que apoiaram Gimenez em 2000, passaram à coligação de Aauto. O PMN, desta vez, lançando candidaturas de vereadores.

Se em 2000, Aauto não conseguiu se reeleger, perdendo para Jayme Gimenez, em 2004, Gimenez não conseguiu se reeleger, perdendo para o mesmo Aauto, que obteve 16.302 votos. Jayme Gimenez teve 15.046 votos nas eleições 2004.

A coligação PL/PPB, que em 2000 não havia apoiado nenhum candidato a prefeito, não foi formada novamente. Em 2004, não houve nenhuma coligação deste tipo. Todos os partidos em jogo apoiaram algum candidato à prefeito. O PL (PR) entrou na coligação de Aauto. Já o PP decidiu lançar candidatura própria, com uma figura que passou a disputar todas as eleições municipais deste então. Ernesto Masselani, conhecido como Neto, em sua primeira eleição, disputando com três candidatos, sendo dois que já ocuparam o cargo de prefeito, e sem coligações conseguiu 11.981 votos, ficando em terceiro lugar.

Esta eleição contou ainda com um quarto candidato, Benê Fernandes, que apesar de bastante conhecido na cidade, por ser um nome da mídia local, ficou com 1.720 votos. Ele disputou o cargo pelo PSC, também isoladamente, ou seja, sem coligações com outras legendas.

Estas candidaturas majoritárias de partidos que disputaram a prefeitura sem realizar coligações, porém, são exceções ao que recorrentemente acontece, não apenas no nível municipal.

“As alianças eleitorais para cargos majoritários são quase que a regra nas eleições para prefeito, governador e presidente. Nas 11.043 eleições para prefeito das quais temos informações sobre coligações [2000 e 2004], 77% dos candidatos e 90% dos eleitos estavam coligados” (GUARNIERI, 2009, p. 105).

Em 2000, Jayme voltou à Prefeitura ao disputar as eleições dentro da coligação com mais partidos coligados daquele pleito. O mesmo aconteceu com Aduino em 2004, que voltou a se eleger ao, desta vez, fazer parte da coligação com maior número de legendas.

Em 2000, a coligação que apoiou Aduino Scardoelli foi composta por quatro partidos. Quatro anos depois, seu apoio consistia-se de oito legendas. A coligação de Jayme teve sete. Ao se olhar a coligação majoritária, ambas apresentam partidos de espectros ideológicos diferentes, por isso vamos analisar as coligações proporcionais.

Para disputar a Câmara dos Vereadores, os partidos que apoiaram Aduino Scardoelli se dividiram da seguinte maneira: PT/PCdoB, dois partidos situados à esquerda do espectro ideológico, portanto, coligação ideologicamente consistente. As demais coligações, contudo (PL/PMN; PSB/PRTB; PV/PRP), foram formadas sempre com uma legenda de esquerda e uma de direita, o que leva a serem classificadas como ideologicamente inconsistentes.

A coligação de Jayme Gimenez, que havia saído do PMDB após tantos anos e filiado-se ao PSDB, compunha-se de três coligações para as eleições proporcionais: PMDB/PFL, semi-consistente, por ter um partido de centro e um de direita; PDT/PSDB, na mesma classificação, mas agora com um partido de esquerda e um de centro e PTB/PPS/PTdoB, considerada ideologicamente inconsistente, pois o PPS é classificado como esquerda e as outras duas legendas estão situadas à direita.

Em 2004, não foi eleito um número tão alto de vereadores. As cadeiras da Câmara, que estavam em 17, diminuíram para 10. Duas coligações elegeram três vereadores cada, PT/PCdoB, ideologicamente consistente e PMDB/PFL, semi-consistente. A coligação PDT/PSDB, também semi-consistente, ocupou duas cadeiras.

Já a coligação PSB/PRTB, considerada ideologicamente inconsistente, elegeu dois vereadores. Em comparação com 2000 (ressaltando-se que o total de eleitos em 2004 foi menor), houve uma diminuição do número de vereadores eleitos a partir de

coligações consistentes, de 5 para 3. O número de eleitos por coligações semi-consistentes e inconsistentes manteve-se.

Já o número de vereadores eleitos a partir de partidos que não se coligaram caiu drasticamente, de 5 para 0. Os únicos partidos que participaram das eleições 2004 sem se coligar foram o PP e o PSC, que também lançaram candidatos à prefeito. Estas candidaturas isoladas não obtiveram representação.

Segundo Kerbauy (2012), a nível nacional, “a forte fragmentação do sistema partidário brasileiro está presente nas competições municipais a partir de 2004” (p.17).

Se em 1998 o PMDB preferiu não apoiar formalmente nenhum candidato à presidente⁴, em 2002 o partido esteve oficialmente presente na aliança em torno do candidato do PSDB. Nas eleições municipais seguintes (2004), em Matão, as quais acabamos de referenciar, estes partidos também estiveram coligados, como já havia acontecido a nível municipal também em 2000.

No caso do PT, todas as legendas que se coligaram em torno da candidatura de Lula em 2002 – exceto o PCB, que não é organizado em Matão – repetiram a aliança nas eleições municipais matonenses de 2004 (PT/PL/PCdoB/PMN). Porém, a aproximação com legendas de outros espectros ideológicos que não a esquerda, ensaiada nacionalmente com o PL, em Matão/2004 ganhou a aderência de mais

⁴ Segundo o jornalista Ilmar Franco, o partido não se posicionou oficialmente nas eleições presidenciais de 1998 devido à divisão partidária. < <http://blogs.oglobo.globo.com/panorama-politico/post/a-batalha-pelo-pmdb-137655.html> > Acessado em 17/08/2015.

Guarnieri (1998, p. 147) explica melhor a decisão do PMDB em 1998: “Em 8 de março de 1998, em nova convenção extraordinária o partido novamente se dividiu quanto a lançar ou não candidato à presidência, foram 303 votos a favor e 389 contra. A decisão foi adiada e em 28 de julho de 1998 foi realizada nova convenção extraordinária que, no entanto, não obteve quórum, o que fez com que o partido não lançasse candidato e nem deliberasse sobre coligações”.

partidos: PRTB e PRP, em coligação que também contou com o PV e o PSB, este no município “trocara de lado” para apoiar o PT.

Já o PP e o PSC, que na eleição anterior não lançaram candidaturas próprias de forma isolada a nível nacional (presidente) e estadual (governador de São Paulo), em 2004 decidiram lançar candidaturas próprias de forma isolada no município de Matão.

Em 2008, as eleições para prefeito de Matão/SP voltaram a ser disputadas entre apenas dois candidatos. Aduino Scardoelli teve sua maior votação, totalizando 30.733 votos, reelegendo-se, assim passando a ocupar o cargo pela terceira vez.

Dois coligações proporcionais integraram a coligação de Aduino, cada vez composta por mais legendas. Desta vez, ambas são consideradas ideologicamente inconsistentes, por conterem alguns pequenos partidos classificados como direita participando das coligações. São elas: PT/PTB/PMN, que elegeu quatro vereadores, e PSDC/PSB/PRP/PCdoB, que elegeu dois. O PTN e o PRTB também apoiaram a reeleição de Aduino. O PSDC, apesar de nunca ter tido eleitos em Matão, é o 5º partido em número de filiados no município (ver anexo 7).

Neto Masselani, que havia disputado as eleições de 2004 isoladamente, ou seja, com apoio apenas de seu próprio partido, o PP, passou de partido não coligado para o partido com a maior coligação nas eleições 2008.

Onze legendas integraram a coligação de apoio à candidatura de Neto, que ficou em segundo lugar com 16.394 votos. A divisão para as eleições proporcionais ficou assim: PDT/PMDB/PSC/PSDB, elegendo um vereador e PRB/PSL/PPS/PV, também elegendo um representante. Estas coligações também podem ser consideradas ideologicamente inconsistentes, por conterem partidos de esquerda, centro e direita na mesma aliança. Porém, também foi formada a coligação PP/PR/DEM, apenas com partidos considerados do campo da direita, portanto, ideologicamente consistente.

Assim como ocorreu nacionalmente em 2006, o PT matonense continuou aliado do PCdoB. Contudo, o PRB, que fez parte da coligação criada em torno do presidente Lula naquele ano, não esteve presente na coligação encabeçada pelo PT em Matão no ano de 2008, e sim na da oposição, que dentre outros partidos contava com o PP e o PSDB. Partidos que compuseram alianças (coligações) municipais em 2008 também divergem das que os mesmos fizeram em 2006 em torno dos candidatos ao governo do Estado de São Paulo.

Em 2012, houve um novo rearranjo na quantidade de cadeiras na Câmara Municipal de Matão. Em 2000, foram eleitos 17 vereadores. Em 2004 e 2008, 10. Em 2012, o número de cadeiras subiu para 15. Segundo Kerbauy,

“As definições dos critérios que estabelecem as quantidades de cadeiras para os legislativos municipais passaram nos últimos oito anos por várias discussões envolvendo competências jurídicas e escopo legislativo. Com as Resoluções do TSE nº. 21.702 e nº 21.803, ambas de 2004, ficou definido para as eleições municipais de 2004 uma determinada relação entre faixas populacionais (obtidas a partir de estimativas populacionais do IBGE em 2003) e quantidade de cadeiras que cada Câmara Municipal poderia ter de acordo com os critérios de razoabilidade e proporcionalidade entre os municípios, decididos previamente pelo STF”. (KERBAUY, 2012, p. 3).

A Constituição de 1988 deu à Lei Orgânica de cada município a prerrogativa de definir, dentro de faixas-limite (mínimas e máximas) o número de vereadores, proporcional à população de cada município. Assim, as Câmaras Municipais puderam fixar seu número máximo de vereadores.

Destarte, esta divisão da quantidade de vereadores por município baseada em faixas populacionais, estabelecida pelo STF – Supremo Tribunal Federal em 2004 e ratificada por meio de resolução do TSE (já sendo válida em 2004), teve sua constitucionalidade questionada por diversos partidos e políticos.

“Os partidos alegavam que a determinação da Justiça Eleitoral fere o princípio constitucional da harmonia e a independência entre os poderes e ofende o artigo 16 da Constituição Federal, que estabelece prazo de um ano, após publicação, para a eficácia de lei que altere o processo eleitoral” (TOLEDO; PRANDO; COLOMBO, 2015, p. 94).

Com a regulamentação das eleições municipais citadas acima, a nível nacional, 8.528 vagas foram abolidas a partir das eleições 2004. Somente em Matão, o número de vereadores eleitos foi de 17 para 10 entre 2000 e 2004. Nas eleições de 2008, continuaram valendo estas resoluções do TSE.

Logo em seguida, parlamentares e vários legislativos municipais pressionaram

“no sentido de rever essa relação entre faixas populacionais e quantidade fixa de vereadores, sendo proposto, em substituição a essa regra, apenas o estabelecimento de uma quantidade máxima de vereadores que cada Câmara poderia votar, ficando mais flexível a quantidade de cadeiras por faixa populacional” (KERBAUY, 2012, p. 4).

Assim, houve a redação final do Artigo 29, IV, da Constituição Federal, a partir da Emenda Constitucional nº 58/09. Dentre as várias faixas populacionais especificadas no artigo ficou definido que municípios do porte de Matão na época (com mais de 50.000 até 80.000 habitantes) elegeassem no máximo 15 vereadores, o que de fato ocorreu.

Em relação a 2008, em 2012 Matão viu suas cadeiras legislativas aumentarem de 10 para 15. A nível nacional, as vagas aumentaram em 5.435 cadeiras, segundo dados apresentados por Kerbauy (2012).

Do total de 5.568 municípios brasileiros, 1.697 aprovaram o aumento do número de cadeiras nas Câmaras Municipais. 188 destes municípios são do estado de São Paulo. Além de Matão, outros 144 municípios ampliaram suas cadeiras em cinco novas vagas.

Este aumento do número de cadeiras para as eleições de 2012, segundo constatação de Kerbauy (2012), aparentemente beneficiou os pequenos partidos, que puderam permanecer competitivos, sendo ainda peças importantes em coligações, sustentando grandes legendas.

As eleições 2012 em Matão também contaram com mudanças quanto à organização dos partidos. Uma nova força política surgiu para disputar as eleições

majoritárias: Edinaldo Esquetini (PSB), o vereador mais votado da cidade. Esquetini fazia parte da base de apoio do prefeito Aduino Scardoelli (PT), tendo seu partido inclusive a vice-prefeitura, porém o PT e o PSB, devido a incompatibilidade de opiniões em votações do município, acabaram se afastando.

Edinaldo continuou no PSB, partido com boa representação na cidade. O partido se coligou com quatro legendas pequenas: PSL, PSC e PSOL, estreante na cidade de Matão. O novo candidato a prefeito ficou em segundo lugar, com 18.739 votos, menos de um por cento menos que Chico Dumont, ex-Secretário da Saúde e ex-candidato à vice-prefeito, candidato apoiado pelo então atual prefeito e que venceu as eleições com 19.209 votos, expressando a força do PT local e de seu apoiador, Aduino Scardoelli.

Neto Masselani também disputou as Eleições 2012, agora pelo DEM, contudo ainda com apoio de seu antigo partido, o PP. Apesar de aparentemente gastar mais recursos para fins de propaganda e ter mais tempo no horário eleitoral que Esquetini, Neto ficou com 9.429 votos.

Quanto às coligações proporcionais, a coligação de Neto Masselani foi novamente a com a maior quantidade de siglas, totalizando 8. Todas as classificações de Krause podem ser aplicadas às coligações que apoiaram Neto. PTB/PR/PV elegeu um vereador e pode ser considerada ideologicamente inconsistente. PP/PSDB, que elegeu dois, pode ser considerada semi-consistente. PRB/DEM/PRP, com um representante eleito, é classificada como ideologicamente consistente, no caso composta apenas por partidos do campo da direita.

A base de apoio à candidatura de Edinaldo Esquetini contou com dois partidos situados à esquerda do espectro ideológico e dois situados à direita, e da forma em que as coligações proporcionais foram divididas, temos PSB/PSOL e PSL/PSC, cada uma elegendo dois vereadores. Estas duas coligações proporcionais são consideradas ideologicamente consistentes.

Destaque para a coligação PSL/PSC. O PSL foi o partido com maior número de candidaturas a vereador, totalizando 25. Este número, somado com três candidaturas do PSC, representa 28 candidaturas, quase a mesma quantidade de candidatos da coligação que mais elegeu vereadores, PDT/PT.

Somando-se a votação de cada um destes candidatos, a coligação proporcional PSL/PSC, formada por dois partidos que podemos chamar de pequenos, acabou tendo um alto quociente partidário, e garantiu duas cadeiras na Câmara de Vereadores (a maior bancada, a do PT, elegeu três).

Sendo assim, o PSL elegeu a mesma quantidade de vereadores que partidos maiores, o PDT e o PSB. E também elegeu mais vereadores que legendas como PCdoB, PPS, PSDB, PP e DEM. Para se ter uma ideia, o PMDB, que por muitos anos foi a maior força política da cidade, não elegeu nenhum vereador. Diferentemente do PSL, que até então não tinha força política no município.

É importante frisar que, em coligação, os partidos podem apresentar mais candidaturas.

“Na disputa para a Câmara dos Deputados, os partidos podem apresentar uma lista de candidatos de até uma vez e meia o número de cadeiras da circunscrição eleitoral; no caso de coligação entre partidos, esse número sobe para duas vezes. Nas circunscrições eleitorais que elegem até 20 representantes, um partido pode apresentar até o dobro de candidatos, ou até duas vezes e meia quando há coligação” (NICOLAU, 2006, p. 693).

Já no que diz respeito à estratégia do PSL em Matão, em 2012, o partido, sem a figura de um grande “puxador de votos”, adotou uma estratégia diferente da habitual. Sendo um pequeno partido, não concentrou esforços em poucos nomes, e sim, apostou que a somatória de votação de dezenas de candidatos atingiria o quociente eleitoral uma ou mais vezes, o que aconteceu. Sendo assim, o partido “pensou grande”, com uma estratégia ao contrário das correntemente verificadas, como podemos ver por exemplo em Nicolau (2006):

“Como o total de cadeiras que o partido receberá é o resultado agregado da votação que cada candidato conquistará individualmente, é razoável supor

que o partido terá interesse de ter o maior número possível de nomes na lista. Uma exceção acontece com os menores partidos, que, quando coligados com os maiores, tendem a privilegiar outra estratégia: apresentar um número reduzido de candidatos e concentrar os recursos de campanha nesses nomes". (NICOLAU, 2006, p. 695).

Panebianco (2005) diz, sobre os "limites de sobrevivência partidária", que, para que os partidos possam existir de uma forma viável, garantindo recursos, não há um limite determinável válido. Este limite varia conforme o caso, em função de vários fatores, sejam relacionados ao modelo de organização ou ao ambiente em que está inserido. Assim, mesmo uma pequena organização pode superar seu limite de sobrevivência específico, e, apesar de suas dimensões reduzidas, vir a controlar recursos que permitam a sua institucionalização.

Assim, seguindo a teoria com nossa interpretação, em um Estado ou município, um partido de pequena dimensão (leia o item "As relações do partido com a sua dimensão e com o seu ambiente") pode, pela figura de um líder bem conhecido ou devido a estratégias de entrada via quociente eleitoral ou de outras que privilegiam o critério numérico, a depender do sistema eleitoral e da circunscrição, garantir representatividade, e assim, ter acesso a recursos como o fundo partidário e tempo maior no horário eleitoral, como ocorre no Brasil.

Desta forma, apesar de sua pouca expressão nacional, PSL – Partido Social Liberal adotou estratégias no município que garantiram à legenda um papel importante na legislatura 2012-2016, ainda cedo para se tomar considerações a longo prazo. Abranches (2016) pontua que as coligações estaduais e municipais, "mais do que na representação federal, garantem a sobrevivência de partidos com menor densidade política nacional" (ABRANCHES, 2016, p. 1). Porém, "o efeito líquido dessa abertura a legendas com baixa densidade eleitoral é a crescente fragmentação partidária" (idem). No município de Matão, em 2012, proporcionalmente o partido coligou-se apenas o PSC e teve a estratégia de lançar muitos candidatos.

Panebianco (2005) também decompôs o ambiente dos partidos em coerções institucionais e arenas. De formas diversas, ambas influenciam a organização. As primeiras são "fatores relativamente estáveis que estruturam as arenas (os ambientes

em sentido estrito) do partido” e, por essa via, influenciam a organização, como leis e regulamentações. As agremiações partidárias sofrem pressão para se adaptar à fisionomia institucional do regime político.

Assim, se o regime vigente pode atrapalhar a existência ou representatividade dos partidos, por exemplo com cláusulas de barreira e com os cálculos que definem quem será eleito, os partidos também podem adaptar-se à esta realidade institucional de forma a usá-la a seu favor, como no caso do PSL em Matão, que alcançou duas vezes o quociente eleitoral ao lançar muitos candidatos que tiveram votações medianas. Nas eleições estaduais de São Paulo em 2014 para a Câmara dos Deputados, podemos perceber outras estratégias que podem ser usadas, dependendo de cada caso, para usar estas regras a seu favor. Por exemplo, o PRB lançou vários candidatos, artistas, figuras conhecidas e Celso Russomano, que sozinho teve expressiva votação, o que fez com que o partido garantisse sozinho oito cadeiras, um número alto, próximo à quantidade de assentos de grandes legendas no estado. Tendo feito um cálculo prévio, o partido não se coligou nas eleições proporcionais, ficando com as oito cadeiras. A estratégia poderia ser outra: se o partido não tivesse esperasse tantos votos, poderia coligar-se com um partido médio; se fosse muito pequeno, poderia coligar-se com diversos partidos também pequenos. Em todo caso, estaria traçando uma forma de driblar as regras eleitorais brasileiras a seu favor. Outro partido, o PR, se coligou em 2010 e viu a votação de Tiririca se dividir entre deputados de outras legendas. Vendo que com isso o partido ganhava muitos votos, mas devido à lei eleitoral brasileira na distribuição de cadeiras estes eram distribuídos entre os demais partidos coligados proporcionalmente, em 2014 o partido não se coligou e garantiu mais cadeiras para o próprio PR, aproveitando-se ao fenômeno do “puxador de votos”. Já os partidos PSL, PTdoB, PTN, PTC e PMN, sem grandes lideranças eleitorais, adotaram em conjunto uma estratégia diferente, ao se coligarem sob o sugestivo nome “Projeto Vitória” e assim fazer com que ao menos um desses partidos garantisse uma vaga – o que não ocorreria se não se coligasse – mesmo com o deputado eleito tendo votação baixa.

Estes exemplos, apesar de não tratarem do município abordado, mostram que, em cada caso, devido a variáveis como o tamanho do partido, as lideranças partidárias

e a lei eleitoral brasileira, os partidos organizam-se de modo a usar a seu favor regras que poderiam ser um empecilho à sua existência. Muitas vezes, esta adaptação às regras vigentes é explícita. As páginas dos partidos na internet e suas lideranças, em entrevistas, chegam até mesmo a explicar os cálculos que foram feitos para que o partido elegeisse candidato(s). Não é difícil encontrar provas de que os partidos se organizam de modo a vencer a lei eleitoral que poderia prejudicá-los.

Vale destacar também que isso não significa que os partidos procurem a todo tempo maximizar seus votos.

“Incidentalmente, [uma] observação de uma finalidade histórica é a melhor resposta àqueles que acreditam que o ‘objetivo’ dos partidos é, de qualquer forma, a ‘maximização dos votos’. A complexidade dos fenômenos organizativos é tal que, às vezes, uma disputa eleitoral pode ser considerada – não por certos agentes, colocados em funções específicas – como um evento mais agradável do que uma vitória” (PANEBIANCO, 2005, p. 428 – nota 41).

Voltando ao município abordado, outro dado curioso das eleições em Matão: Jayme Gimenez (PSDB), ex-prefeito da cidade por mais de um mandato, acabou não garantindo uma vaga como vereador. Nesta eleição, ele havia apoiado o candidato Neto Masselani (DEM), que também foi apoiado por outro ex-candidato a prefeito, Benê Fernandes, não mais no PSC, que disputou uma vaga à Câmara Municipal e também não se elegeu.

Se por um lado a antiga aliança do PMDB com o PSDB havia gerado insatisfação em parcela de eleitores, em 2012 a aliança do PMDB com o PT, acompanhando a tendência nacional do partido, não passou impune. Um papel anônimo, em formato de carta, sem as identificações de coligação, partido e CNPJ da gráfica que o imprimiu, exigidas pelo TSE, circulou por algumas residências dos matonenses no período de campanhas eleitorais. Em tom bastante crítico, o folheto dizia que “A executiva municipal do PMDB e seus filiados, vem através desta carta aberta, pedir desculpas ao eleitorado simpatizante com o partido, quanto à aliança feita para o pleito eleitoral de 2012, entre PT e PMDB, pois parte da executiva e seus filiados sequer foi consultado (...)”. Sem confirmação de dados e sem ter certeza da autoria da carta, apenas a citamos como curiosidade.

Porém, é claro que as divisões internas e a presença de diversas lideranças regionais no PMDB, em todo o Brasil, são evidentes. Analisando organizações partidárias, Guarnieri (2009) mostra como partidos poliárquicos ou organizados em diretórios, ou seja, sem o uso estratégico de comissões provisórias por parte de suas lideranças, sofrem com a existência de muitas divisões internas, que prejudicam o processo de tomada de decisão dentro do partido, que depende de intensa negociação para formar coalizões dominantes e definir sobre lançamento de candidaturas e formações de coligações eleitorais. É o caso do PMDB, que até 20/10/2015 esteve organizado em Matão como diretório. Atualmente, se encontra organizado no município sob a forma de comissão provisória. Apenas o PT e o PSDB estão organizados no município sob a forma de diretório. PDT, PP, PRP e PTB já funcionaram sob a forma de diretórios, que se encontram em não vigência ou foram substituídos por comissões provisórias. A situação dos órgãos partidários municipais se encontra no anexo 6.

Quanto à coligação de Chico Dumont em 2012, os partidos foram aglomerados em duas coligações proporcionais: PDT/PT (elegendo cinco vereadores), repetindo a coligação de 1996 que foi desfeita após o PDT passar alguns anos apoiando Gimenez. Com dois partidos considerados de esquerda, esta coligação é ideologicamente consistente. Dumont também contou com o apoio de PMDB/PPS/PPL/PCdoB, com o PMDB (centro) e partidos de esquerda, o que leva a considerarmos a coligação como ideologicamente semi-consistente.

Comparando-se com os outros níveis eleitorais: em 2010, o PSB ainda era um aliado nacional do PT, algo que mudou alguns meses depois em várias esferas de poder. Em Matão, em coligação formada em 2012, também notamos a saída do PSB para a oposição. Assim como ocorreu em candidatura ao governo de São Paulo em 2010, em Matão/2012 o partido lançou candidato próprio e fez coligação com o PSL, no município contando também com o PSC e o PSOL. Já o PMDB, que em 2010 resolveu entrar oficialmente na coligação nacional (mas não na estadual) do PT, também se coligou em 2012 com o PT matonense, ficando com a vice-prefeitura.

Confira agora uma classificação das coligações proporcionais formadas no município durante o período abordado, segundo os parâmetros propostos por Krause (2005).

Quadro 3: Classificação das coligações formadas para a disputa à Câmara dos Vereadores no município de Matão/SP

	2000	2004	2008	2012	TOTAL
Coligações ideologicamente consistentes	4 (66,6%)	1 (14,3%)	1 (20%)	4 (57,1%)	10 (40%)
Coligações ideologicamente semi-consistentes	1 (16,7%)	2 (28,6%)	0 (0%)	2 (28,6%)	5 (20%)
Coligações ideologicamente inconsistentes	1 (16,7%)	4 (57,1%)	4 (80%)	1 (14,3%)	10 (40%)
Total de coligações formadas	6 (100%)	7 (100%)	5 (100%)	7 (100%)	25 (100%)

Fonte: Dados pesquisados no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral – Resultado das Eleições 2000, 2004, 2008 e 2012, disponíveis em <

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores> > e Fundação Seade – Informações Eleitorais, disponível em <

http://www.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=ele_sel >

*alguns percentuais foram arredondados

O quadro que se desenhava para as eleições legislativas em 2016, apesar de ultrapassarem o recorte temporal desta pesquisa, trazia à tona uma nova redução da quantidade de cadeiras em disputa. Desta vez, porém, a discussão não surgiu a partir de resoluções do Tribunal Superior Eleitoral ou do Supremo Tribunal Federal, como ocorreu anteriormente, a partir de 2004, e sim, através de uma pauta sugerida pela própria Câmara Municipal, assinada por alguns vereadores.

O ato nº 06/2015 propôs uma consulta pública solicitando a opinião da população em geral sobre duas propostas em tramitação, uma sobre redução de subsídios, e outra quanto a um assunto inerente a esta pesquisa: uma nova redução do número de cadeiras de vereadores, já válida para a próxima legislatura, ou seja, a iniciada em 2017.

Levando a questão para a população, através de formulário eletrônico (também foram aceitas cartas), foi feita a seguinte pergunta: “Ao seu ver A Câmara Municipal de Matão deverá reduzir o número de vereadores e ou o valor do subsídio dos

vereadores para a próxima legislatura? Justifique“. A pergunta seguia-se de quatro alternativas:

- “a) Não, deverá manter o número de vereadores (15 vereadores) e manter o valor do subsídio de 37% do Deputado Estadual;
 - b) Sim, deverá reduzir somente o valor do subsídio de 37% para 20% do Deputado Estadual mantendo o número de 15 vereadores;
 - c) Sim, deverá somente reduzir o número de vereadores de 15 para 11 e mantendo o subsídio de 37% do Deputado Estadual;
 - d) Sim, deverá reduzir o número de vereadores de 15 para 11 e também reduzir o subsídio de 37% para 20% do Deputado Estadual;”
- (ATO N° 06/2015, disponível em <
<http://www.camaramatao.sp.gov.br/index.php?id=38¬Id=5309> >

Segundo o site de notícias G1, 94% do público que respondeu ao formulário acima foi a favor das mudanças propostas. Em votação na Câmara, 12 vereadores votaram a favor e dois contra a redução do número de cadeiras. Sendo assim, uma nova redução do número de cadeiras, passando de 15 para 11, deve ocorrer no pleito iniciado em 2017. Esta nova redução tende a aumentar a competitividade eleitoral nas eleições legislativas de 2016 e subsequentes, e, conforme tendência verificada nesta pesquisa, isto provavelmente fará com que mais coligações consideradas ideologicamente inconsistentes ou semiconsistentes sejam criadas, afim de que os partidos garantam vagas em um cenário mais concorrido.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo explicado a precariedade na obtenção de dados sobre as coligações formadas para as eleições de 1996, nossa análise considerou os dados eleitorais a partir de 2000. De 2000 a 2012, o PMDB comandou o Executivo da cidade por um mandato e o PT por três mandatos.

O prefeito que se elegeu pelo PMDB migrou alguns anos depois para o PSDB. Assim, como ocorreu no Brasil, pudemos notar na cidade uma polarização entre o PT e o PSDB. A partir das eleições de 2008, com o aumento da fragmentação do sistema partidário, o PT passou a disputar as eleições contra partidos como o PP, DEM e PSB.

Neste cenário de várias legendas disputando eleições, em uma cidade que tem ferramentas de campanha como o horário eleitoral gratuito, fez-se cada vez mais necessário a formação de coligações para a disputa de eleições e para o sustento de grandes partidos.

Porém, fazer uma grande coligação nem sempre é sinônimo de sucesso nas urnas. Em 2000 e em 2004, para o pleito majoritário, a coligação que mais continha partidos foi a que elegeu o prefeito. No entanto, em 2008, o candidato apoiado pela coligação com maior número de legendas não se elegeu.

As coligações também parecem gerar benefícios aos partidos nas eleições proporcionais. A partir de 2004, não houve mais nenhuma coligação que lançasse vereadores sem apoiar nenhum candidato específico a prefeito. Em 2004, ainda notamos candidaturas isoladas, do PP e do PSC. A partir da próxima eleição, em 2008, o município não contou com mais nenhum partido disputando as eleições isoladamente. E isso inclusive para a eleição de vereadores.

Um fator a ser ressaltado é o número de cadeiras da Câmara Municipal. Com as 17 vagas de 2000, vários partidos (PDT, PTB, PSDB, PT e PV) disputaram sem se coligar a nível proporcional. A partir de 2004, a legislação vigente fez o número de cadeiras cair para 10, e então, com uma competitividade maior (já que haviam menos

vagas em disputa), todas as legendas que participaram das eleições de vereadores a exceção do PP e PSC se coligaram.

Em 2008, mantiveram-se as 10 vagas, e todos os partidos na disputa se coligaram. Em 2012, o número de cadeiras aumentou para 15, e nenhum partido entrou na disputa isoladamente. Contudo, ao contrário do que vinha acontecendo, a maioria das coligações formadas (4 de 7) foram formadas apenas por partidos do mesmo espectro ideológico, sendo as outras 2 semi-consistentes e apenas uma considerada inconsistente, ainda assim, dado que pode ser refutado, já que os partidos que a compõem são PTB, PR e PV.

Ou seja, podemos concluir que, quando mais cadeiras estiveram em disputa, os partidos que concorreram à vereança municipal tiveram um comportamento mais adequado (disputando-as em coligações ideologicamente consistentes ou isoladamente) do que nas eleições em que haviam menos vagas, quando coligações inconsistentes foram um dos recursos para que partidos em disputa tivessem vereadores eleitos apesar da maior competitividade. A prática de formação de coligações observada respeitou mais o quesito da consistência ideológica quando as vagas em disputa eram em maior quantidade. Quando a magnitude do distrito (vagas em disputa) mostrou menor quantidade, os partidos menores tenderam a compor com outros partidos para aumentar a probabilidade de elegerem candidatos.

Sendo assim, as eleições municipais de Matão, sobretudo a partir de 2004, caracterizam-se pelas coligações partidárias. Dentre as coligações formadas, segundo classificação de Krause (2005), encontramos formatações ideologicamente inconsistentes, semi-consistentes e consistentes.

A análise dos dados mostra que, apesar da não existência de candidaturas isoladas a partir de 2008 (elas existiram em 2004, mas sem sucesso nas urnas), a prática de formação de coligações respeitou mais o quesito da consistência ideológica quando as vagas em disputa eram em maior quantidade. Em termos gerais, analisando o período de 2000 a 2012, as coligações ideologicamente consistentes foram as que mais elegeram vereadores no município, chegando a 66,66% do total

de vereadores eleitos em 2012 (ressaltando-se que neste ano a quantidade de coligações deste tipo foram maioria).

Os dados do Quadro 3 mostram que, dentre o total de coligações formadas para as disputas proporcionais, entre 2000 e 2012, em Matão/SP, foram formadas 10 coligações ideologicamente consistentes (40%) do total. O mesmo número é encontrado para o total de coligações ideologicamente inconsistentes. Nos pleitos em que haviam mais vagas em disputa (2000 e 2012), respeitadas as proporções, as coligações ideologicamente consistentes aparecem em quantidade quatro vezes maiores que as inconsistentes. Já nas eleições em que se elegeram dez vereadores (2004 e 2008), ocorre o contrário: as coligações ideologicamente inconsistentes aparecem em número quatro vezes maior que as consistentes. As coligações semi-consistentes variam entre zero e duas formadas por eleição, e no total do período foram realizadas cinco coligações deste tipo (20% do total).

Quanto ao resultado nas urnas, de 2000 a 2012, 38,46% das vagas na Câmara matonense foram ocupadas por vereadores vindos de coligações ideologicamente consistentes. 26,92% dos eleitos vieram de coligações semi-consistentes e 25% de coligações inconsistentes. 9,62% das vagas foram ocupadas por vereadores eleitos isoladamente, todos em 2000 (ver Quadro 4).

12. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. *O presidencialismo de coalizão. O dilema institucional brasileiro*. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, nº 1. Rio de Janeiro, 1988.

ABRANCHES, Sérgio. *O paradoxo da maioria no presidencialismo de coalizão*. 2016. Disponível em < <http://www.ecopolitica.com.br/2016/05/24/o-paradoxo-da-maioria-no-presidencialismo-de-coalizacao/> > Acessado em 28/06/2016.

ANTONIOSI, Luciana. *Marketing político em uma gestão participativa: um estudo de caso da prefeitura municipal de Matão/SP*. Dissertação de mestrado. Araraquara, 2005.

BENNECH, Ana Paula de Moraes. *O surgimento de novos partidos e o caso do PSD*. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Orientadora: Profª. Drª. Silvana Krause. Porto Alegre, 2013.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo C. *Do Estado Novo ao Regime de 1946*. In: *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alga-Omega, 1976.

CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula do. *As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006)*. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4, julho-dezembro de 2010, pp. 75-104.

CARVALHO, Katia de. *Cláusula de barreira e funcionamento parlamentar*. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Brasília, 2003.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. In: *Revista Filosofia Política* nº2, Porto Alegre: L&PM Editores, 1985. Disponível em < <http://caosmose.net/candido/unisinis/textos/benjamin.pdf> > Acessado em 03/03/2013.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. *Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000*. In: *Revista Leviathan* nº 00. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2010-A.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. *Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008*. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. Poder de agenda, disciplina e apoio partidário na Câmara*

dos Deputados. In: *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GUARNIERI, Fernando Henrique Eduardo. *A força dos “partidos fracos” – um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Legislativo municipal, organização partidária e coligações partidárias*. In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 13, nº 53, 2008.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *O Papel das Câmaras Municipais na Arena Eleitoral: as eleições de 2012*. In: LAVAREDA, A. e TELLES, M. *As eleições de 2012*. Rio de Janeiro. Revan (no prelo).

KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MACHADO, Aline. *A lógica das coligações no Brasil*. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

MENEGUELLO, Rachel; BIZZARRO NETO, Fernando. *Contexto e Competição na Política Paulista*. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, nº 1, pp. 119-171. Rio de Janeiro, 2012.

MILL, John Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. São Paulo: IBRASA, 1964, Caps. I a VIII.

NICOLAU, Jairo. *O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil*. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, nº 4, pp. 689-720. Rio de Janeiro, 2006.

NICOLAU, Jairo. *Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados*. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, nº 1, pp. 85-129. Rio de Janeiro, 2004.

NOGUEIRA, Octaciano. *Partidos catch-all*. In: *Vocabulário da Política*. Edições Unilegis de Ciência Política, vol. 5. Brasília: Senado Federal, 2010.

OPPO, Anna. *Partidos políticos*. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 11ª edição, 1998.

PANEBIANCO, Angelo. *Introdução. Terceira parte: As contingências estruturais. Dimensão e complexidade organizativa. A organização e o ambiente*. In: *Modelos de partido – Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRZEWORSKI, A. *A social-democracia como um fenômeno histórico*. In: *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 19-65.

RIBEIRO, Pedro Floriano. *Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos*. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 10. Brasília, janeiro-abril de 2013, pp. 225-265.

SCHMITT, Rogério. *Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira*. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

SOUSA, Vivaldo de. *O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais*. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

TOLEDO, Rodrigo Alberto; PRANDO, Rodrigo Augusto; COLOMBO, Luciléia Aparecida. *Tendências eleitorais em Araraquara: análise da representatividade partidária no legislativo no período de 1964-2008*. In: *REB – Revista de Estudios Brasileños*, vol. 2, nº 3. 2015.

Kappa Magazine, edição Matão. Ano 1, nº 7. *Matão 114 anos*. PricewaterhouseCoopers, São Paulo, 23 de agosto de 2012 (informações sobre o município).

12.1. SITES CONSULTADOS

< <http://blogs.oglobo.globo.com/panorama-politico/post/a-batalha-pelo-pmdb-137655.html> > Acessado em 17/08/2015.

< <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/09/camara-de-matao-aprova-reducao-de-salarios-dos-vereadores-em-2-votacao.html> > Acessado em 27/02/2016.

< <http://portal.process.com.br/index.php/local/8452-matao-possui-o-2o-melhor-pib-entre-os-municipios-da-regiao.html> > Acessado em 31/01/2014.

< <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mat%C3%A3o> > Acessado em 31/01/14.

< <http://www.firjan.com.br/ifdm/> > Acessado em 27/02/2016.

< <http://www.matao.sp.gov.br/noticia/447/concursos.html> > Acessado em 17/01/2016.

< <http://www.matao.sp.gov.br/site/historia.php> > Acessado em 31/01/2014.

< <http://www.matao.sp.gov.br/site/historia2.php> > Acessado em 31/01/2014.

< <http://www.matao.sp.gov.br/site/historia4.php> > Acessado em 31/01/2014.

< <http://www.process.com.br/index.php/local/item/5321-camara-de-matao-aprova-reducao-de-vereadores-e-salarios/5321-camara-de-matao-aprova-reducao-de-vereadores-e-salarios> > Acessado em 27/02/2016.

< <http://www.ptmatao.org.br/historico.html> > Acessado em 03/02/2014.

< <http://www.saibaja.com.br/paginas/tv-matao/81-a-tv-matao> > Acessado em 31/01/2014.

< <http://www.saibaja.com.br/tv-matao/noticia/6052-ibge-divulga-censo-2013> > Acessado em 31/01/2014.

< http://www.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=ele_sel > Acessado em 06/06/2016.

< <http://www.tre-mg.jus.br/partidos/criacao-de-partidos> > Acessado em 30/01/2014.

< <http://www.tre-rs.gov.br/index.php?nodo=7517> > Acessado em 29/01/2014.

< <http://www.tre-sp.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-politicos-registrados-no-tse> > Acessado em 30/06/2016.

< <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012> > Acessado em 29/01/2014.

< <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012> > Acessado em 06/06/2016.

< <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados> > Acessado em 04/03/2016.

< <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/quociente-eleitoral> > Acessado em 07/07/2016.

< <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-composicao-partidaria> > Acessado em 03/03/2016.

< <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/quando-afinal-ha-segundo-turno-em-uma-eleicao> > Acessado em 29/01/2014.

< www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores > Acessado em 06/06/2016.

Ato Nº 06/2015 referente à Consulta Pública Nº 01 de 07 de julho de 2.015. Disponível em < <http://www.camaramatao.sp.gov.br/index.php?id=38¬Id=5309> > Acessado em 27/02/2016.

Emenda Constitucional nº 58/09. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc58.htm > Acessado em 12/10/2016.

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Matão/SP. Ano: 2013. Disponível em < <http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=SP&IdCidade=352930&Indicador=1&Ano=2013> > Acessado em 27/02/2016.

Lei das Eleições - Lei nº 9.504, de 30/09/1997. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997> > Acessado em 07/07/2016.

Lei Estadual nº 567 de 27/08/1898. Disponível em < <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64658> > Acessado em 30/06/2016.

Lei nº 6.767, de 20/12/1979. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm > Acessado em 30/06/2016.

Lei nº 9.096, de 19/09/1995. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm > Acessado em 15/06/2016.

Resolução nº 23.465, de 17/12/2015. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234652015.htm> >. Acessado em 15/06/2016

13. ANEXOS

Anexo 1: Partidos políticos existentes atualmente (2016) no Brasil

Número	Sigla	Nome
10	PRB	Partido Republicano Brasileiro
11	PP	Partido Progressista
12	PDT	Partido Democrático Trabalhista
13	PT	Partido dos Trabalhadores
14	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
15	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
16	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
17	PSL	Partido Social Liberal
18	REDE	Rede Sustentabilidade
19	PTN	Partido Trabalhista Nacional
20	PSC	Partido Social Cristão
21	PCB	Partido Comunista Brasileiro
22	PR	Partido da República
23	PPS	Partido Popular Socialista
25	DEM	Democratas
27	PSDC	Partido Social Democrata Cristão
28	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
29	PCO	Partido da Causa Operária
30	NOVO	Partido Novo
31	PHS	Partido Humanista da Solidariedade
33	PMN	Partido da Mobilização Nacional
35	PMB	Partido da Mulher Brasileira
36	PTC	Partido Trabalhista Cristão
40	PSB	Partido Socialista Brasileiro
43	PV	Partido Verde
44	PRP	Partido Republicano Progressista
45	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
50	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
51	PEN	Partido Ecológico Nacional
54	PPL	Partido Pátria Livre
55	PSD	Partido Social Democrático
65	PCdoB	Partido Comunista do Brasil
70	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
77	SD	Solidariedade
90	PROS	Partido Republicano da Ordem Social

Partidos políticos registrados no TSE. Outros dados como data de deferimento e presidente nacional em < <http://www.tre-sp.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-politicos-registrados-no-tse> >. Atualizado em 04/03/2016.

Anexo 2: Classificação dos partidos utilizados neste trabalho na escala esquerda-direita

Sigla	Nome do partido	Classificação
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	Esquerda
PCB	Partido Comunista Brasileiro	
PCO	Partido da Causa Operária	
PDT	Partido Democrático Trabalhista	
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	
PMN	Partido da Mobilização Nacional	
PPS	Partido Popular Socialista	
PSB	Partido Socialista Brasileiro	
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	
PT	Partido dos Trabalhadores	
PV	Partido Verde	
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	
PFL / DEM	Partido da Frente Liberal (1)	Direita
PL / PR	Partido Liberal (2)	
PP / PPB	Partido Progressista (3)	
PRB	Partido Republicano Brasileiro	
PRP	Partido Republicano Progressista	
PSC	Partido Social Cristão	
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	
PSL	Partido Social Liberal	
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	
PTC	Partido Trabalhista Cristão	
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	
PTN	Partido Trabalhista Nacional	
PST	Partido Social Trabalhista	
PSD	Partido Social Democrático (4)	
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	

Classificação formulada a partir de workshop coordenado por Krause (2005; 2010). Ver o item “Coligações eleitorais e suas classificações” deste relatório. Ver bibliografia.

- (1) atual DEM – Democratistas
- (2) se fundiu ao PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional, formando o PR
- (3) antigo PPB – Partido Progressista Brasileiro
- (4) agremiação diferente da comandada atualmente por Gilberto Kassab.
- (5) não dispomos da classificação ideológica do PPL – Partido Pátria Livre, julgamos ser esquerda

Anexo 3: Coligações formadas no âmbito do Poder Executivo a nível nacional (eleição de presidente da república) – 1998, 2002, 2006 e 2010

Coligação	1998	2002	2006	2010
PCB				X
PCO		X		X
PDT			X	
PMN	X			
PPS / PDT / PTB		X		
PPS / PL / PAN	X			
PRONA	X			
PRP			X	
PRTB				X
PSB / PGT / PTC		X		
PSC	X			
PSDB / PFL (DEM)			X	
PSDB / PFL / PPB (PP) / PTB / PSD	X			
PSDB / PMDB		X		
PSDB / PTB / PPS / DEM / PMN / PT do B				X
PSDC	X		X	X
PSL			X	
PSN (PHS)	X			
PSOL				X
PSTU	X	X		X
PSTU / PCB / PSOL			X	
PT / PDT / PSB / PC do B / PCB	X			
PT / PL / PC do B / PMN / PCB		X		
PT / PRB / PC do B			X	
PT / PRB / PDT / PMDB / PTN / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B /				X
PT do B	X			
PTN	X			
PV	X			X

**os nomes entre parênteses indicam organizações partidárias que continuaram existindo com outro nome.

Anexo 4: Coligações formadas no âmbito do Poder Executivo a nível estadual (eleição de governador do Estado de São Paulo) – 1998, 2002, 2006 e 2010

Coligação	1998	2002	2006	2010
PAN		X	X	
PCB				X
PCB / PSOL / PSTU			X	
PCO		X	X	X
PDT			X	
PDT / PSB / PTN / PSN (PHS) / PAN	X			
PGT / PHS / PST		X		
PMDB		X		
PMDB / PGT / PRP / PT do B	X			
PMDB / PP			X	
PP / PTC				X
PPB (PP) / PFL (DEM) / PL / PSL / PST / PRN	X			
PPB (PP) / PL / PSDC / PTN		X		
PRONA	X	X		
PRTB	X	X		
PSB		X	X	
PSB / PSL				X
PSC	X		X	
PSDB / PFL / PSD*		X		
PSDB / PFL / PTB / PPS			X	
PSDB / PMDB / PSC / PPS / DEM / PHS / PMN				X
PSDB / PTB / PSD* / PV	X			
PSDC	X		X	
PSL		X		
PSL / PHS			X	
PSOL				X
PSTU	X	X		X
PT / PC do B / PMN / PCB / PPS	X			
PT / PCB / PC do B		X		
PT / PRB / PDT / PTN / PR / PSDC / PRTB / PRP / PC do B / PT do B				X
PT / PRB / PL / PC do B			X	
PTB / PDT / PPS		X		
PTC			X	
PTC / PRP / PSC / PT do B		X		
PTN / PRP / PT do B			X	
PV		X	X	X

*esta agremiação chamada PSD não é a mesma que foi organizada por Gilberto Kassab em 2011.**os nomes entre parênteses indicam organizações partidárias que continuaram existindo com outro nome.

Anexo 5: Coligações formadas no âmbito do Poder Executivo a nível municipal (eleição de prefeito de Matão/SP) – 2000, 2004, 2008 e 2012

Coligação	2000	2004	2008	2012
DEM / PRB / PP / PTB / PR / PV / PRP / PSDB				X
PP		X		
PP / PRB / PDT / PMDB / PSL / PSC / PR / PPS / DEM / PV / PSDB			X	
PSB / PSOL / PSL / PSC				X
PSC		X		
PSDB / PDT / PTB / PMDB / PPS / PFL / PT do B		X		
PT / PDT / PMDB / PPS / PPL / PC do B				X
PT / PL / PRTB / PMN / PSB / PV / PRP / PC do B		X		
PT / PTB / PTN / PSDC / PRTB / PMN / PSB / PRP / PC do B			X	
PMDB / PSDB / PFL / PTB / PDT / PMN / PST / PT do B / PRTB / PSD* / PSB / PRP	X			
PT / PV / PPS / PC do B	X			

*esta agremiação chamada PSD não é a mesma que foi organizada por Gilberto Kassab anos mais tarde.

Anexo 6: Forma de organização dos partidos no município de Matão/SP

Nº	Partido	Tipo de Órgão	Início da Vigência	Fim da Vigência	Situação
10	PRB	Comissão Provisória	29/06/2015	Indeterminado	Vigente
11	PP	Comissão Interventora	15/07/2011	Indeterminado	Vigente
12	PDT	Diretório	09/09/2011	02/03/2016	Não Vigente
13	PT	Diretório	07/12/2013	20/02/2018	Vigente
14	PTB	Comissão Provisória	17/01/2014	Indeterminado	Vigente
15	PMDB	Comissão Provisória	08/08/2015	Indeterminado	Vigente
16	PSTU	Não organizado			
17	PSL	Comissão Provisória	01/01/2015	30/06/2016	Vigente
18	REDE	Não organizado			
19	PTN	Não organizado			
20	PSC	Comissão Provisória	08/02/2010	Indeterminado	Vigente
21	PCB	Não organizado			
22	PR	Comissão Provisória	14/07/2011	01/03/2013	Não Vigente (Inativado por Destituição)
23	PPS	Comissão Provisória	26/10/2015	Indeterminado	Vigente
25	DEM	Comissão Provisória	23/09/2011	Indeterminado	Vigente
27	PSDC	Comissão Provisória	29/05/2008	23/11/2009	Não Vigente
28	PRTB	Comissão Provisória	20/06/2008	01/01/2009	Não Vigente
29	PCO	Não organizado			
30	NOVO	Não organizado			
31	PHS	Comissão Provisória	07/08/2015	Indeterminado	Vigente
33	PMN	Comissão Provisória	31/07/2009	13/09/2011	Não Vigente
35	PMB	Comissão Provisória	10/02/2016	10/06/2016	Vigente
36	PTC	Não organizado			
40	PSB	Comissão Provisória	10/06/2015	31/10/2016	Vigente
43	PV	Comissão Provisória	20/04/2010	01/10/2017	Vigente
44	PRP	Comissão Provisória	12/06/2012	25/11/2014	Não Vigente
45	PSDB	Diretório	17/05/2015	Indeterminado	Vigente
50	PSOL	Comissão Provisória	18/02/2013	21/09/2015	Não Vigente (Inativado)

					por Destituição)
51	PEN	Comissão Provisória	02/02/2015	17/06/2016	Vigente
54	PPL	Comissão Provisória	16/05/2012	22/12/2012	Não Vigente (Inativado por Destituição)
55	PSD	Comissão Provisória	06/08/2014	Indeterminado	Vigente
65	PCdoB	Comissão Provisória	01/01/2014	16/11/2015	Não Vigente
70	PTdoB	Não organizado			
77	SD	Comissão Provisória	06/08/2015	Indeterminado	Vigente
90	PROS	Não organizado			

Elaborado com base em informações pesquisadas em < <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-composicao-partidaria> > Acessado em 04/03/2016.

Anexo 7: Partidos com mais filiados no município de Matão/SP

Partido	Filiados
PMDB	766
PT	637
PSDB	464
PTB	438
PSDC	388
PP	338
PSB	332
PDT	297
PPS	296
DEM	249
PRP	224
PR	195
PSC	149
PTC	133
PC do B	111
PV	109
PSOL	89
PMN	75
PEN	52
PRB	38
PSL	38
PRTB	34
PT do B	27
SD	27
PTN	23
PHS	14
PPL	8
PSD	5
PCO	1
TOTAL	5.557

Fonte: < <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados> >. Acessado em 04/03/2016.